



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

**COLETÂNEA
PARLAMENTAR**

**ESTADO,
SOCIEDADE
E CIDADANIA**

1

**EDIÇÕES
INESP**

ACRÍSIO SENA
ADERLÂNIA NORONHA
AGENOR NETO
ANDRÉ FERNANDES
ANTÔNIO GRANJA
AP. LUIZ HENRIQUE
AUDIC MOTA
AUGUSTA BRITO
DANNIEL OLIVEIRA
DAVI DE RAIMUNDÃO
DAVID DURAND
DELEGADO CAVALCANTE
DR. CARLOS FELIPE
DR^a. SILVANA
ELMANO FREITAS
ÉRIKA AMORIM
EVANDRO LEITÃO
FERNANDA PESSOA
FERNANDO HUGO
FERNANDO SANTANA
GUILHERME LANDIM
HEITOR FÉRRER
JOSÉ SARTO
JÚLIO CÉSAR FILHO
LEONARDO ARAÚJO
LEONARDO PINHEIRO
LUCILVIO GIRÃO
MANOEL DUCA
MARCOS SOBREIRA
MOISÉS BRAZ
NELINHO
NEZINHO FARIAS
NIZO COSTA
PATRÍCIA AGUIAR
QUEIROZ FILHO
RENATO ROSENO
ROMEU ALDIGUERI
SÉRGIO AGUIAR
SOLDADO NOÉLIO
TIN GOMES
TONY BRITO
VITOR VALIM
WALTER CAVALCANTE
ZEZINHO ALBUQUERQUE



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

COLETÂNEA PARLAMENTAR:

Estado, sociedade e cidadania



João Milton Cunha de Miranda
Organizador

COLETÂNEA
PARLAMENTAR:
Estado, sociedade e cidadania

INESP

Fortaleza - Ceará
2019

Copyright © 2019 by INESP
Coordenação Editorial
João Milton Cunha de Miranda
Assistente Editorial
Rachel Garcia e Valquiria Moreira
Diagramação
Mario Giffoni
Capa
José Gotardo Filho
Revisão
Lucia Jacó Rocha
Coordenação de impressão
Ernandes do Carmo
Impressão e Acabamento
Inesp

Edição Institucional da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
VENDA E PROMOÇÃO PESSOAL PROIBIDAS

C694 Coletânea parlamentar: estado, sociedade e cidadania / organizador, João Milton Cunha de Miranda. - Fortaleza: INESP, 2019.
156p. 17 x 24 cm

ISBN: 978-85-7973-137-2

1. Discursos parlamentar. I. Miranda, João Milton Cunha de. II. Ceará. Assembleia Legislativa. Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado. IV. Título.

CDDdir.341.2538

Permitida a divulgação dos textos contidos neste livro, desde que citados autores e fontes.

Inesp
Av. Desembargador Moreira, 2807
Ed. Senador César Cals de Oliveira, 1º andar
Dionísio Torres
CEP 60170-900 – Fortaleza - CE - Brasil
Tel: (85)3277.3701 – Fax (85)3277.3707
al.ce.gov.br/inesp
inesp@al.ce.gov.br

APRESENTAÇÃO

A *Coletânea Parlamentar: Estado, sociedade e cidadania* destaca o empenho do atual presidente do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp), João Milton Cunha de Miranda e de todos os servidores envolvidos na editoração desta antologia, que, entre outros objetivos, colabora para incentivar a proposição de projetos de lei de iniciativa popular e aumenta o debate entre os próprios parlamentares.

Percebe-se que a comunicação entre os parlamentares e a sociedade ocorre por diferentes formas, mas que ainda é restrita, frente ao ideal. Nesta publicação, deputados estaduais, dos mais variados partidos, manterão, por intermédio das suas produções textuais, contato com os representantes da sociedade civil e demais cidadãos interessados, não somente para informar, de forma transversal, os resultados dos seus trabalhos, mas, principalmente, para discutir ideias e convidar todos a refletirem sobre temas importantes e atuais.

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por meio do Inesp, orgulhosamente, edita e distribui a obra, com a certeza de que levará a população a expressar suas opiniões e gerar um alto engajamento, resultando em reações necessárias para o crescimento do Estado.

Deputado Estadual José Sarto
Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

PREFÁCIO

A Época das Luzes, na Europa do século XVIII, para além de exercer influência no contexto cultural, social e espiritual, foi palco para o desenvolvimento político que, por sua vez, foi potencializado pela Revolução Francesa. No Brasil, o Iluminismo, também, teve grande importância para as melhorias políticas mantidas até a atualidade.

O conhecimento racional e a maior liberdade política deram passagem para as ideias do filósofo iluminista Montesquieu, responsável pela doutrina dos três poderes, com a divisão da autoridade governamental em instâncias: executivo; legislativo; e judiciário. Com a nova metodologia, cada poder limita a força dos demais e governa-se conforme a razão.

É com base nessa razão, e para fortalecê-la, que valorizamos a produção de conhecimento, função do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará (Inesp) e do Memorial da Assembleia Legislativa do Ceará Deputado Pontes Neto – Malce, dentro desta Casa Legislativa. Esta coletânea, com publicações de periodicidade anual, reúne textos produzidos para fazer pensar e possibilitar debates e reflexões.

Idealizar, preparar e produzir a publicação *Coletânea Parlamentar: Estado, sociedade e cidadania* demonstrou ser um agradável e proveitoso desafio, pois nos proporcionou, en-

quanto organizadores, um diversificado aprendizado, conferido por meio do íntimo contato com os conteúdos produzidos.

Os textos deste primeiro tomo estão em consonância com as linhas de trabalho de cada **deputado**, os projetos de lei e de indicação que propõem. Os escritos obedeceram, também, aos problemas concretos da **sociedade**, obtidos por intermédio do conhecimento empírico que cada **parlamentar** absorveu no contato direto com a **população**, bem como em conhecimentos teóricos que os auxiliam a tomarem suas decisões.

Entre os assuntos tratados, estão: política ambiental; saúde pública; violência; esporte; economia; administração pública; prevenção às drogas; e educação.

Nessas dissertações argumentativas, os autores defendem seus pontos de vista, ao apresentarem determinado tema, e, assim, fortalecem sua retórica e sua identidade política.

Ao logo de sua existência, o Inesp estabeleceu um núcleo de estudos necessários ao desempenho **parlamentar**; compartilhando experiências por meio de publicações e parcerias para qualificar o debate das questões da agenda pública. Nesse sentido, gostaríamos de agradecer a cada deputado pela valorosa contribuição que enriquece o Instituto e promove grandes reflexões.

A Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, por intermédio do Inesp, orgulhosamente, edita e distribui esta publicação que objetiva uma maior aproximação da **sociedade** com a temática trabalhada por cada **parlamentar** eleito.

Prof. Dr. João Milton Cunha de Miranda

Diretor Executivo do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o
Desenvolvimento do Estado do Ceará

SUMÁRIO

DESAFIOS DA POLÍTICA AMBIENTAL DO CEARÁ.....	13
Deputado Estadual Acrísio Sena	
COMPROMISSO COM O SOCIAL	15
Deputada Estadual Aderlânia Noronha	
IGUATU, DE LAÇOS, DE HISTÓRIAS E DE AFETO	17
Deputado Estadual Agenor Neto	
O DESARMAMENTO QUE NÃO FUNCIONOU NO BRASIL	19
Deputado Estadual André Fernandes	
OS EQUÍVOCOS E A REALIDADE DO SUS	21
Deputado Estadual Antônio Granja	
BÍBLIA A VERDADE QUE LIBERTA.....	25
Deputado Estadual Apóstolo Luiz Henrique	
O ORÇAMENTO PÚBLICO E A HARMONIA ENTRE PODERES.....	27
Deputado Estadual Audic Mota	
PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA.....	29
Deputada Estadual Augusta Brito	
A SAÚDE NO ESTADO DO CEARÁ E OS CONSÓRCIOS PÚBLICOS REGIONAIS	33
Deputado Estadual Carlos Felipe	
EM DEFESA DO BNB.....	35
Deputado Estadual Danniell Oliveira	
LIBERDADE DE ESCOLHA	37
Deputado Estadual David Durand	
A DESINTOXICAÇÃO DO BRASIL	39
Deputado Estadual Delegado Cavalcante	
EM DEFESA DAS MULHERES	41
Deputada Estadual Dra. Silvana	

A IMPORTÂNCIA DA SEGURIDADE SOCIAL PARA O POVO BRASILEIRO	43
Deputado Estadual Elmano de Freitas	
UNIÃO PELO PROTAGONISMO FEMININO NA POLÍTICA... 45	
Deputada Estadual Érika Amorim	
CEARÁ: UMA ECONOMIA NO CAMINHO CERTO	47
Deputado Estadual Evandro Leitão	
UM POVO DE FÉ	49
Deputado Estadual Davi de Raimundão	
O MANDATO PARLAMENTAR É DE TODOS	51
Deputada Estadual Fernanda Pessoa	
A IMPLANTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO ISO NO PROCON ASSEMBLEIA	53
Deputado Estadual Fernando Hugo	
MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO ESTADUAL.....	55
Deputado Estadual Fernando Santana	
À ESPERA DO RIO SÃO FRANCISCO.....	59
Deputado Estadual Guilherme Landim	
LEI DA FICHA LIMPA PARA TODOS OS AGENTES PÚBLICOS	61
Deputado Estadual Heitor Férrer	
O INCENTIVO À LEITURA AO PÉ DA LETRA	63
Deputado Estadual José Sarto	
DEMOCRACIA: UMA RELAÇÃO CONSTANTE DE DIÁLOGO.....	65
Deputado Estadual Júlio César Filho	
REDUÇÃO DE GESTAÇÕES NÃO PLANEJADAS COMO POLÍTICA PÚBLICA.....	67
Deputado Estadual Leonardo Araújo	
QUEIJO ARTESANAL, UM CAMINHO SEM VOLTA!	69
Deputado Estadual Leonardo Pinheiro	
A DEFASAGEM DA TABELA SUS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A POPULAÇÃO	73
Deputado Estadual Lucílvio Girão	
A FALÁCIA DO DISCURSO DESARMAMENTISTA.....	77
Deputado Estadual Manoel Duca (Duquinha)	
PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS: POR ONDE AS POLÍTICAS DEVEM COMEÇAR.....	81
Deputado Estadual Marcos Sobreira	
AGRICULTURA FAMILIAR, REPRESENTAÇÃO E LEGITIMIDADE NA POLÍTICA.....	83
Deputado Estadual Moisés Braz	

"VELHO CHICO": ESPERANÇA RENOVADA.....	85
Deputado Estadual Nelinho Freitas	
POBREZA MULTIDIMENSIONAL NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA: UM OLHAR QUE VAI ALÉM.....	87
Deputado Estadual Nezinho Farias	
MINHA TRAJETÓRIA DE VIDA.....	89
Deputado Estadual Nizo Costa	
ÁGUA PARA O POVO.....	91
Deputado Estadual Oriel Nunes Filho	
UMA POLÍTICA DECENTE PARA OS IDOSOS.....	93
Deputada Estadual Patrícia Aguiar	
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA!	95
Deputado Estadual Queiroz Filho	
POR UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO	97
Deputado Estadual Renato Roseno	
REFORMA SIM, MAS COM JUSTIÇA SOCIAL.....	99
Deputado Estadual Romeu Aldigueri	
MAIS RECURSOS PARA O SEMIÁRIDO	101
Deputado Estadual Sérgio Aguiar	
VIOLÊNCIA, DE QUEM É A CULPA?.....	103
Deputado Estadual Soldado Noelio	
O PAPEL SOCIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA: UM LEGADO A SER LEVADO PARA MÚLTIPLAS GERAÇÕES.....	107
Deputado Estadual Tin Gomes	
A IMPORTÂNCIA DA POLÍCIA PARA A SOCIEDADE CEARENSE	109
Deputado Estadual Tony Brito	
O BOM DISCURSO E A TRISTE REALIDADE.....	111
Deputado Estadual Vitor Valim	
GRATUIDADE DA CARTEIRA ESTUDANTIL E DO FARDAMENTO ESCOLAR.....	113
Deputado Estadual Walter Cavalcante	
POR UM CEARÁ LIVRE DAS DROGAS.....	115
Deputado Estadual Zezinho Albuquerque	
ESTATUTO ESTADUAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	117
Deputado Estadual Acrísio Sena	
O CENTRO SUL E SEUS DESAFIOS PARA AVANÇAR NA SAÚDE PÚBLICA	119
Deputado Estadual Agenor Neto	
O IMPACTO DA DESVALORIZAÇÃO DO LEITE NO CEARÁ. 121	
Deputado Estadual Antônio Granja	

CUIDANDO DE QUEM CUIDA.....	123
Deputado Estadual Apóstolo Luiz Henrique	
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DOS SERTÕES DE CRATEÚS	125
Deputado Estadual Carlos Felipe	
ESTADO LAICO, SOCIEDADE RELIGIOSA	127
Deputada Estadual Dra. Silvana	
CONSPIRAÇÃO CONTRA O ESTADO DE DIREITO	129
Deputado Estadual Elmano de Freitas	
VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: PREVENÇÃO É A SAÍDA	131
Deputada Estadual Érika Amorim	
O ESPORTE COMO POLÍTICA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL	133
Deputado Estadual Evandro Leitão	
O HOJE POLÍTICO	135
Deputado Estadual Fernando Hugo	
O TURISMO RELIGIOSO E A REGIÃO DO CARIRI.....	139
Deputado Estadual Fernando Santana	
POR QUE DEVEMOS DISCUTIR O FUNDEB?	143
Deputado Estadual Guilherme Landim	
TRIBUNAIS DE CONTAS DE MUNICÍPIOS, MAMUTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	145
Deputado Estadual Heitor Férrer	
O PAPEL DO PARLAMENTO CEARENSE	147
Deputado Estadual José Sarto	
EM FAVOR DA DIMINUIÇÃO DA MAIORIDADE PENAL.....	149
Deputado Estadual Manoel Duca (Duquinha)	
SALVAR VIDAS SEMPRE É PRIORIDADE	151
Deputado Estadual Nezinho Farias	
APOSTA NA ENERGIA SOLAR	153
Deputado Estadual Oriel Nunes Filho	
O PODER TRANSFORMADOR DA EDUCAÇÃO.....	155
Deputado Estadual Queiroz Filho	
VIOLÊNCIA CONTRA ADOLESCENTES AMEAÇA NOSSO PRESENTE E NOSSO FUTURO.....	157
Deputado Estadual Renato Roseno	
UM OLHAR PARA O INTERIOR	159
Deputado Estadual Romeu Aldigueri	
PROTAGONISMO DO TURISMO DE EVENTOS.....	161
Deputado Estadual Sérgio Aguiar	
RELIGIÃO: ALICERCE DO SER HUMANO.....	163
Deputado Estadual Walter Cavalcante	

DESAFIOS DA POLÍTICA AMBIENTAL DO CEARÁ

Deputado Estadual Acrísio Sena

Nosso Estado possui 93% de sua área, que engloba 175 municípios, localizada numa região semiárida, sofrendo com a escassez de chuvas e dependendo de uma política de segurança hídrica. Sua vegetação é composta 90% pela caatinga e seu solo, em consequência dessa realidade, acumula desgaste.

À parte os problemas naturais, a convivência com o semiárido é dificultada também pela poluição causada por atividades humanas, que comprometem a qualidade da água, do solo e do ar. Estamos acompanhando, por exemplo, o caso de Quiterianópolis, onde rejeitos de uma empresa mineradora de ferro contaminaram o rio Poti e o açude Flor do Campo, em Novo Oriente, ameaçando a saúde da população.

Os avanços do governo Camilo Santana são evidentes. A regulamentação do Parque Estadual do Cocó é uma conquista

de 40 anos de luta. A política de florestamento e reflorestamento aumentou significativamente a produção e a distribuição de mudas, priorizando o plantio em locais de proteção de serras, dunas e nascentes, combatendo a desertificação.

Como presidente da Comissão do Meio Ambiente e Desenvolvimento do Semiárido, temos avançado em vários desafios. Realizamos audiência pública e atividades de educação ambiental durante a Semana do Meio Ambiente. Debates, em sessão especial na AL, a MP 868/18 que quer modificar o marco regulatório do saneamento básico, denunciando a tentativa de privatização da água.

Faremos seminário para debater a geração de energias limpas no Ceará, além de audiências públicas sobre mudanças climáticas, agrotóxicos, desertificação e destinação de resíduos sólidos. Afinal, o Ceará possui hoje mais de 300 lixões que precisam ser substituídos por aterros sanitários. Os planos de coletas seletivas, implantados, via consórcios municipais, pelo governo, precisam da participação efetiva da sociedade.

Outra frente diz respeito à criação da Coordenadoria Estadual e da Rede de Proteção Animal, para defender animais domésticos, a fauna silvestre, e desenvolver uma política com medidas preventivas e projetos para proteção e bem-estar animal.

Essas ações, acredito, devem colaborar para que criemos uma consciência de que a luta por um meio ambiente saudável passa por nós, de forma a garantir o melhor futuro possível para esta e as futuras gerações.

COMPROMISSO COM O SOCIAL

Deputada Estadual Aderlânia Noronha

Nascida na região mais seca do Ceará, Parambu, sertão dos Inhamuns, não poderia deixar de direcionar minha atividade parlamentar para as questões sociais. Desde cedo, antes mesmo de ter sido eleita para o meu primeiro mandato de deputada estadual, em 2014, estive engajada e comprometida com a população da minha região, principalmente, os mais pobres, que são justamente os mais atingidos pelos problemas da seca - que, periodicamente, castiga centenas de famílias.

As lutas em defesa das mulheres, dos idosos, das crianças e dos adolescentes, o combate à violência doméstica e infantil; a busca na geração de emprego e renda; trabalhos direcionados à educação e à saúde de qualidade fizeram-me despontar, naturalmente, como uma forte liderança política, reconhecida dentro e fora do município.

Fui primeira-dama do município de Parambu (2005-2010), quando abracei, com muita dedicação, o desenvolvimento de projetos sociais, entre eles o "Mãe Saudável" e o "Casa da Mulher". Não por acaso, a defesa da mulher continua sendo prioridade de nosso trabalho na Assembleia Legislativa.

Filiada ao Partido Solidariedade (SD), em meu segundo e atual mandato, tive a honra de compor a Mesa Diretora como 2ª secretária, onde dou seguimento aos meus propósitos e compromissos em prol das populações rurais atingidas pela seca, pelos problemas sociais, em geral, e pelos segmentos mais vulneráveis da sociedade: as mulheres, as crianças, os adolescentes e os idosos do nosso Ceará.

IGUATU, DE LAÇOS, DE HISTÓRIAS E DE AFETO

Deputado Estadual Agenor Neto

Iguatu, município de mais de 103 mil habitantes. A capital do centro-sul do Ceará. Foi nessa terra que nasci, cresci e fiz meus estudos iniciais. Uma cidade que já nasci amando, como cidadão e, posteriormente, como político. Em cada calçada de Iguatu tem um pedaço da minha história, tem traços do meu pai, do pai de meu pai e, hoje, dos meus filhos.

Desde os movimentos estudantis, já visualizava que poderia contribuir, bem mais, para o desenvolvimento dessa cidade. Lancei-me na política. A política escolheu-me. A vida pública, desde os primeiros anos, acompanhando o meu pai, Dr. José Ilo Dantas, que era prefeito de Quixelô, seria o ponto de partida para chegar à Prefeitura, como de fato cheguei em 2005, com enormes desafios e histórias de superação.

Como gestor público, tratei de criar uma equipe administrativa, por méritos, sem critérios políticos. Com ajuda do meu pai, implementamos um programa de políticas sociais e desenvolvimentista em nosso município. Fortalecemos a infraestrutura da cidade, construindo grandes avenidas; avanços nas áreas da saúde, da educação, da cultura e da assistência social. Desenvolvemos o maior programa de moradias gratuitas da história do município, doando quase duas mil casas.

Para mim, a maior obra deixada nos meus oito anos de gestor público foi o resgate da autoestima do nosso povo. É por isso que a preocupação e a vontade permanecem muito forte dentro de mim, porque há muito o que ser realizado no nosso Iguatu.

Um gestor para poder corresponder à expectativa do seu povo, primeiramente, tem que cumprir a sua obrigação. Segundo, tem que contrariar o individual para beneficiar o coletivo. E isso não é tarefa fácil. Precisa, realmente, ter uma equipe comprometida, ter uma gestão voltada para as pessoas mais necessitadas, mas, acima de tudo, precisa ter coragem para implantar medidas que possam beneficiar a maioria da população de um município. E foi justamente isso que fiz em oito anos de gestão.

Iguatu, terra querida por todos nós. Os sonhos do seu povo ainda serão realizados. E, certamente, estaremos juntos, numa só força, buscando ações e projetos para melhorar, cada vez mais, a vida do nosso povo, principalmente dos mais carentes.

O DESARMAMENTO QUE NÃO FUNCIONOU NO BRASIL

Deputado Estadual André Fernandes

Trata-se da Lei nº 10826, de 23 de dezembro de 2003, regulamentada pelo Decreto nº 5123, de 1º de julho de 2004 e publicada no Diário Oficial da União, que "dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição". A lei proíbe o porte de armas por pessoas, com algumas exceções comprovadas. Mas será que a lei realmente beneficiou a população?

Para chegarmos a uma resposta, precisamos, primeiro, imaginar um bandido, armado com um simples revólver, invadindo sua propriedade e rendendo seus filhos, esposa e até mesmo VOCÊ. Seu primeiro pensamento seria: - poderia ter defendido minha família. O criminoso só tem a audácia de invadir uma casa porque tem a certeza de que o cidadão não pode se defender. Afinal, qual pessoa caminharia para sua própria sepultura?

São várias as situações que enfrentamos, no dia a dia, seja em casa ou até mesmo na rua, ao depararmos com algum assalto, por exemplo. Podemos citar um fato típico que ocorreu, em Fortaleza, no dia 3 de agosto de 2019, quando torcedores eram agredidos por bandidos, no entorno da Arena Castelão, e uma policial civil, à paisana, disparou para o alto, salvando assim duas vidas, desmistificando que arma só serve para matar.

Segundo o jornalista Olavo de Carvalho, defender-se vai além de uma penúria. "Possuir armas não é só uma questão de necessidade, mas de dignidade. Quem se recusa a ter armas transfere a outros o dever de matar e morrer para defendê-lo. Nem velhinhas frágeis têm o direito de pensar assim, quanto mais homens adultos e fortes."

Existem pessoas que salvam com um tiro pra cima, outras que matam para se DEFENDER, o que é totalmente diferente de matar por matar. Afinal, qual pai de família, vendo que sua filha está sendo estuprada, não irá defendê-la, mesmo que isso custe a vida do bandido ou até mesmo sua própria vida? Infelizmente, o desarmamento só "beneficiou" bandido e deixou o cidadão de bem sem nenhuma possibilidade de se defender, dependendo totalmente do Estado. A ideia é deixar o cidadão livre e que necessite, no mínimo, dos três poderes. Concordamos, também, que o cidadão que desejar possuir uma arma passe por todos os trâmites, testes e exames necessários para que tenha capacidade de manuseá-la.

Conforme, Olavo de Carvalho, existe hipocrisia em quem não defende o cidadão armado e paga segurança particular. "se o cidadão não pode ter armas para se proteger mas, se tiver dinheiro, pode contratar seguranças armados para protegê-lo, a consequência mais óbvia e inevitável é que só os ricos têm direito à proteção armada."

Acreditamos que armas não atiram sozinhas e em mãos erradas causam estragos, mas em mãos certas, ao contrário do que dizem, salvam vidas.

OS EQUÍVOCOS E A REALIDADE DO SUS

Deputado Estadual Antônio Granja



Sistema Único de Saúde (SUS) é uma ideia fantástica com seus três níveis de atendimento: primário, secundário e terciário, mas apresenta graves distorções. Existem equívocos na realidade da saúde pública brasileira que precisam ser enfrentados e modificados. Cabe à Atenção Básica responder, positivamente, pela demanda de 80% dos casos de atendimento inicial, trabalhando o atendimento preventivo, a assistência pré-natal, a prevenção da mulher e do homem.

É no setor primário que temos de atender os casos de diabetes, hipertensão, e as consultas em geral. Ocorre que os investimentos, nessa área, estão bem abaixo do ideal. O Programa Saúde da Família (PSF) recebe em torno de R\$: 10.650 do governo federal para manter uma equipe. Esse recurso não paga o médico (R\$: 11.500), deixando um déficit no pagamento do enfermeiro (R\$: 3.000), do técnico de enfermagem (R\$:

1.200), do motorista, do auxiliar de farmácia e do auxiliar de serviços gerais (R\$: 998 cada). Para bancar todo o custeio real seria necessário pelo menos RS20 mil reais, sem falar no pagamento do Agente de Endemias e do Agente Comunitário de Saúde, que fazem parte da Unidade Básica de Saúde e dos insumos: combustível, transporte, medicação básica, energia, etc. que a UBS precisa ter.

Como fechar essa conta? É uma situação inoperante. O atendimento É OBRIGATÓRIO POR LEI, com isso, muitas equipes do Programa Saúde da Família (PSF) funcionam de forma precária, sem a presença do médico e até há casos, também, sem a enfermeira, com isso o técnico de enfermagem passa a ser o responsável pelo atendimento. Portanto, o SUS que deveria ser o alicerce do Sistema, na verdade vem funcionando de forma precária. Para obter-se resultados positivos é imprescindível a aplicação de mais recursos, bem como um acompanhamento e uma fiscalização mais rigorosos.

Em minha experiência profissional de mais de 30 anos acompanhando esse sistema de saúde, posso citar algumas situações que um bom atendimento básico e rigoroso reduziria, quantitativamente e progressivamente, a superlotação nos casos de transferência para o serviço terciário.

No caso de um hipertenso mal conduzido, esse poderá evoluir para complicações cardiovasculares (acidente vascular cerebral, infarto agudo do miocárdio, etc). A mesma situação aplica-se a um paciente diabético que pode evoluir, muitas vezes, para um quadro de pé diabético, insuficiência renal crônica (com necessidade de hemodiálise) e coma diabético; uma gestante com quadro de pré-eclampsia leve, evoluindo para eclampsia. E muitos pacientes com indicações de cirurgia eletivas: hérnias, litíase biliar, litíase das vias urinárias, que quando não atendidos, em tempo hábil, poderão evoluir para complicações graves, necessitando do atendimento terciário. Em todas essas situações e em muitas outras, essas

complicações seriam evitadas, se tivéssemos, na atenção básica e secundária, um atendimento de qualidade e eficaz.

Portanto, de nada adianta construir hospitais com estrutura secundária e terciária de ponta e muito cara, enquanto o país continuar negligenciando na atenção básica. Esse é o maior desafio do SUS em seus mais de trinta anos de existência, que é garantir a prevenção e salvar mais vidas. É IMPRESCINDÍVEL MUDANÇAS NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS).

BÍBLIA A VERDADE QUE LIBERTA

Deputado Estadual Apóstolo Luiz Henrique

A bíblia fala, em Mateus 25, quem Jesus chamará para o seu lado direito no dia do juízo, aqueles que cuidam dos "pequeninos". Jesus diz: "Em verdade vos digo: que quando o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes." (Mateus 25:40).

Vivendo esse conselho do nosso Senhor, precisamos levar a sério nosso chamado para cuidar de vidas, inclusive, daquelas que estão dentro dos presídios. Pensando nesse propósito, criamos o Projeto de Lei nº 103/2019 que inclui livros religiosos na lista de obras disponíveis nas unidades prisionais do Ceará.

Acreditamos que a leitura da palavra de Deus vai além de conhecimento, e pode significar a transformação na men-

te e no coração, um novo nascimento espiritual, a libertação, mesmo dentro do cárcere.

Muito mais do que reduzir alguns dias na pena dos presos, estamos falando de desarticular quadrilhas e facções pelo poder do evangelho, de apresentar esperança para quem já se achava perdido. Estamos falando do resgate de famílias destruídas pela ação do crime no âmbito estadual.

Talvez alguns deles não deem atenção a essa oportunidade que estão tendo, mas os que deixarem a palavra entrar no coração e nela passarem a refletir, e por meio dela se arrependerem, verdadeiramente, de suas falhas e buscarem a reconstrução em Deus, esses serão um presente para a sociedade, para suas famílias e principalmente para o reino dos céus. Serão novas criaturas, nascidas, de novo, pelo poder da Palavra, que cumprirão sua pena, e dentro dos dispositivos da lei, poderão ser devolvidos ao convívio social, e serão agentes de transformação por onde passarem.

É a Palavra de Deus que gera um encontro com a VERDADE, provoca uma AÇÃO de arrependimento e causa uma grande REVOLUÇÃO em nós e no mundo em nosso redor!

O ORÇAMENTO PÚBLICO E A HARMONIA ENTRE PODERES.

Deputado Estadual Audic Mota



placar foi 378 votos a favor e 4 contra. Eis a expressiva votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que impõe ao Poder Executivo orçamento mínimo de execução obrigatória das emendas oriundas das bancadas federais. O texto aprovado, conforme manda o figurino, em dois turnos, por 3/5 das duas Casas do Congresso Nacional, foi promulgado com regozijo gritante do Congresso, em sessão solene que contou com a maciça presença dos parlamentares.

Se fóssemos classificar o orçamento impositivo brasileiro, por etapas, poderíamos dizer que a execução obrigatória das emendas de bancada foi mais um marco histórico no constante progresso da relação positiva entre os Poderes.

Permitir que isso aconteça se traduz em garantir ao cidadão uma resposta clara e positiva do anseio social, no sen-

tido de que obras e ações aconteçam por meio das emendas parlamentares com valor mínimo aprovado, sem a necessária autorização prévia do Executivo. O que em nada o desmerece, muito pelo contrário, apenas estabelece um novo olhar sob o orçamento e como se dá seu desenlace entre aqueles que o utilizam. Ao Executivo, todavia, ainda permanece o poder de administrar o orçamento, majoritariamente, tal como condiz sua atividade fim, no entanto, conferindo autonomia mínima de participação direta e efetiva na execução do orçamento ao Legislativo, tal como aquele também exerce, de maneira extraordinária, funções legiferantes, em uma clara demonstração do sistema de freios e contrapesos.

Em outras palavras, a determinação orçamentária dispõe, por meio da PEC, que 0,8% da receita corrente líquida para o próximo ano será destinada à execução das emendas oriundas do Legislativo. E ponto final.

A imposição orçamentária resolve uma celeuma antiga e demonstra, claramente, nuances da relação Legislativo/Executivo, sem esquecermos de que a instituição da medida evidencia um claro fortalecimento desse Poder.

Retirar do plano da ficção e transformar em realidade a autonomia parlamentar é dizer sim ao trabalho incansável daqueles que estão, diariamente, atentos ao cotidiano do contexto sociopolítico, econômico e dos estados e municípios.

PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA

Deputada Estadual Augusta Brito

Segundo pesquisa divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), em 2018, o Brasil ocupa a posição 152 entre os 190 países pesquisados em relação à presença feminina no parlamento. O dado demonstra que a participação da mulher na política, ainda, representa um grande desafio.

Quando se fala do machismo estruturado nas relações, as mulheres não são vistas como sujeitos de direitos e têm sua vida e integridade desrespeitadas, por conta da naturalização da violência em razão do gênero, sobretudo nas relações conjugais. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH), o Brasil ocupa o 5º lugar no ranking mundial de feminicídio, prova inegável de que, em nosso país, o machismo mata.

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06), a Lei do Femicídio (13.104/15), a Lei da Importunação Sexual (13.718/18) e a Lei Lola (13.642/18) tratam da proteção à integridade, à

liberdade sexual e à vida das mulheres e representam marcos legislativos na história do direito. Entretanto, muito ainda pode ser feito na busca por igualdade, dignidade e pelo fim da violência de qualquer natureza contra a mulher.

É função do Estado, prevista constitucionalmente, a garantia da igualdade material entre homens e mulheres. Nesse sentido, o papel das instituições que compõem o poder executivo, judiciário e, sobretudo, legislativo é fundamental. A participação das mulheres no parlamento e a ocupação de cargos estratégicos na política é o primeiro passo para a formulação e concretização de políticas públicas direcionadas àquelas que representam mais da metade da população brasileira.

Se por um lado é necessário e urgente o combate à violência contra nós mulheres, por outro, é imprescindível a nossa participação nas decisões que ditam os rumos da sociedade, na medida em que passa a garantir o nosso lugar de fala e de ação política.

A Procuradoria Especial da Mulher da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (PEM), criada por meio da Resolução nº 639/2012, cumpre a missão de promover ações que visem à construção de uma cultura de igualdade de gênero e empoderamento feminino. Tal atuação dá-se por meio da promoção, acompanhamento e execução de políticas na área, tais como: apoio às redes de atendimento, educação em direitos, promoção da criação das procuradorias especiais da mulher nos municípios, atuação conjunta com o poder executivo para fomento às políticas de gênero.

Na atuação legislativa, a PEM tem papel ativo na garantia dos direitos das mulheres. Além de subsidiar a atuação parlamentar, atua na garantia de importantes conquistas legislativas, que culminaram na criação de delegacias de defesa da mulher, instituição de campanhas de prevenção e conscientização; além de projetos itinerantes, como a Caravana de

Combate à Violência Contra a Mulher, responsável por mais de 8 mil alunos.

O empoderamento feminino, nas instituições públicas, é fundamental para a garantia dos direitos das mulheres e para o fortalecimento democrático. O feminismo, ao representar a luta por igualdade, dignidade e liberdade para as mulheres, passa a ser instrumento de resistência contra a cultura do machismo, responsável pela disseminação da violência. Se o direito a uma vida digna e plena é elemento fundamental para o desenvolvimento de qualquer nação, a luta das mulheres é, também, a luta por uma sociedade mais justa e igualitária para todas e todos.

A SAÚDE NO ESTADO DO CEARÁ E OS CONSÓRCIOS PÚBLICOS REGIONAIS

Deputado Estadual Carlos Felipe

A regionalização é a diretriz do Sistema Único de Saúde (SUS) que orienta o processo de descentralização de ações e serviços de saúde, bem como a negociação e pactuação entre os gestores. No Ceará, ela está representada por 22 regiões de saúde e cinco macrorregiões de saúde (Fortaleza, Sobral, Sertão Central, Litoral Leste/Jaguaribe e Cariri), onde se estrutura o Sistema Estadual de Saúde.

A estratégia visa organizar os serviços de saúde com vistas a integrar e universalizar o acesso da população. O Estado do Ceará traz, em seu bojo, a marca da tradição de forte descentralização e regionalização. É, inclusive, considerado o primeiro Estado do País a desenvolver a regionalização, com base na concepção de Redes de Atenção à Saúde (RAS).

Em 2015, as regionais de saúde receberam as grandes estruturas Centro Especializado em Odontologia (CEO) e Policlínica. A gestão ficou sob a responsabilidade da institucionalidade dos Consórcios Públicos de Saúde, formados legalmente em cada uma das regiões, exceto Fortaleza.

O consórcio é uma associação pública, de natureza autárquica e interfederativa, com personalidade jurídica de direito público, apresentando o Estado e os municípios adscritos a cada uma das regiões como entes consorciados.

Tive a honra de participar, ativamente, da implantação dos consórcios regionais, sendo presidente do Consórcio Regional dos Sertões de Crateús, quando prefeito do município, em 2014. A qualidade e credibilidade foram dois relevantes fatores, no início do processo e que devem ser prioridade. Considero uma forma eficaz de gestão dos recursos, desde que o gestor e equipe tenham em mente a eficiência dos serviços, primando pela plena aplicação dos recursos e pela formação de uma equipe competente. Importante, também, que os gestores sejam escolhidos por meio de seleção pública pela Escola de Saúde Pública e que passem por contínuo aperfeiçoamento e que não haja ingerência política. Auditoria contínua, também, é um quesito fundamental no êxito dos consórcios regionais.

EM DEFESA DO BNB

Deputado Estadual Dannel Oliveira

Com 67 anos de história, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) atua, de forma fundamental, no investimento e financiamento das atividades produtivas na região Nordeste. Na condição de gestor do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), desde 1990, o BNB já investiu cerca de R\$ 250 bilhões, sendo hoje a maior instituição financeira de desenvolvimento regional da América Latina.

Somente, em 2018, foram aplicados R\$ 43 bilhões em investimentos no Nordeste por meio do Banco do Nordeste e do FNE. Desse total de recursos, 30% ficaram aqui no Ceará. Isso demonstra a necessidade e a importância de defendermos o BNB. Além disso, é o único banco que realmente financia o agronegócio, a indústria, o comércio, o serviço, o turismo, a infraestrutura e os estudantes no Nordeste.

Tamanha é a relevância da instituição que pegou a todos de surpresa a notícia de que o atual ministro da Economia, Paulo Guedes, especulava uma fusão entre o BNB com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Medida que representaria uma perda imensurável para o Ceará e todo o Nordeste.

Diante dessa ameaça, nosso mandato mobilizou-se para evitar tal manobra. Dessa forma, nasceu a Frente Parlamentar em Defesa do BNB. A iniciativa ganhou força na Assembleia Legislativa do Ceará, com o apoio massivo de meus pares e do presidente da Casa, José Sarto. Juntamente com ele, levamos o tema à Reunião dos Presidentes das Assembleias Legislativas do Nordeste (ParlaNordeste), realizada no Maranhão. Lá, a Frente Parlamentar foi fortalecida e depois oficializada em um grande encontro realizado na Assembleia Legislativa do Ceará.

Tendo formado um grupo coeso de parlamentares de todo o Nordeste, fomos a Brasília, onde conversamos diretamente com o presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre e com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia. Apesar do diálogo com o último ter deixado alguma preocupação, ao final, após termos debatido com o Secretário Executivo da Casa Civil, Vicente Santini, conseguimos a garantia de que não haveria alterações no funcionamento do BNB.

Após tantas articulações, a resposta obtida, sem dúvidas, representa uma vitória, mas não uma garantia. Levando em consideração tantas incertezas que vemos no atual governo, é preciso estarmos alertas e vigilantes para que, caso necessário, possamos prontamente defender a permanência de tão importante órgão para o desenvolvimento do Nordeste e do nosso Estado.

LIBERDADE DE ESCOLHA

Deputado Estadual David Durand

Há muito que se discute a importância e a capacidade das mulheres, inclusive, com diversas leis que promovem ou estimulam a valorização da participação feminina em diversos assuntos.

Notamos que de fato a mulher é capaz de tudo, que não existe diferença na capacidade de executar, planejar, ou fazer tarefas domésticas entre homens e mulheres.

Ainda que o avanço seja notório (PL nº. 435/2019), temos muito que evoluir. Hoje, está em pauta um Projeto de Lei, da Deputada Janaína Pascoal, que, ao nosso entender, busca garantir à mulher o direito de escolher de que modo quer realizar seu parto. Isso assegura à mulher a informação necessária para que possa expor sua vontade de realizar o parto normal ou cesariana.

Apresentarei, na Assembleia Legislativa do Ceará, projeto de lei inspirado no da Deputada Janaína Pascoal, pois não estou analisando o assunto sobre o ponto de vista médico, hospitalar ou econômico. Sou defensor da iniciativa, pois garante à mulher o direito de escolha. A pessoa, seja mulher ou homem, tem o direito à informação, tem direito e domínio sobre seu corpo, com isso, é capaz de decidir a maneira de como realizar o parto de seu filho ou filha.

Veja bem, quando não é caso de risco para saúde ou para a vida da parturiente, ou seu filho, cabe a ela o direito de escolha. Isso, a meu ver, é garantir dignidade e autonomia às mulheres.

Com relação qual parto é o mais indicado, ou o mais apropriado a determinada mulher, isso compete ao médico ou profissional de saúde argumentar com a parturiente. A mulher tem direito a todas as informações necessárias para escolher o que é melhor para si. Ou melhor, decidir qual tipo de parto deve fazer. Isso já acontece de forma natural e sem polêmica na rede privada de saúde, e por que as mulheres atendidas pela rede pública não podem ter o mesmo direito?

A DESINTOXICAÇÃO DO BRASIL

Deputado Estadual Delegado Cavalcante



Brasil está passando por um grande processo de "desintoxicação". Durante muito tempo a população estava desacreditada e cansada de tanta mentira, roubalheira, e de tanto medo, corrupção e insegurança. A politicagem nacional que, por décadas, operou nossa nação, trouxe com ela uma espécie de doença, intoxicação, enfermidade no tocante à forma de lidar-se com a coisa pública.

Para exemplificar essa afirmação, é importante entender-se que a Operação Lava Jato escancarou o maior esquema de corrupção já visto na história da Nação. Uma organização criminosa, beneficiada com bilhões de reais em propina, foi desmontada e suas principais lideranças (ex-presidente, ministros de Estados, tesoureiros de partido político, deputados, senadores, presidentes de estatais e empresários), pela primeira vez na história, foram presos. A eleição do Presidente

Bolsonaro representa o pós-antídoto, uma mudança de cenário em que a população busca melhores representantes, uma maior participação política do povo por meio das inúmeras redes de informação.

Hoje, todos nós podemos ser produtores de conteúdo. O acesso à informação está cada vez mais democrático e pulverizado em múltiplas formas, realidade que favorece a explosão de notícias e sua confirmação. Esse crescimento desenfreado de informações contribuiu para o processo de desintoxicação do nosso povo. A partir do momento em que se tem acesso à verdade dos fatos, cada cidadão se torna peça fundamental para realizar uma mudança de paradigma, muitas vezes de princípio puramente ideológico, possibilitando uma nova perspectiva política, baseada e impulsionada pelo patriotismo, pelos valores cristãos e familiares, contra as drogas e a favor da vida.

É possível posicionar-se e mostrar que não somos obrigados a fechar os olhos para os erros, para a mentira, para a desonestidade e para a falta de caráter. O processo de desintoxicação é longo e, muitas vezes, doloroso, mas levará o Brasil a um novo patamar, lugar em que o Ceará merece estar.

EM DEFESA DAS MULHERES

Deputada Estadual Dra. Silvana

A frouxidão dos costumes acentuou-se, sobretudo, no século que corre, sobretudo quando movimentos esquerdistas abandonaram o discurso da luta armada e passaram a propalar um discurso inclusivo de minorias quaisquer que sejam. Esse posicionamento gramsciano deu uma cara dissimuladora aos ideais revolucionários, ao tempo em que almeja desagregar famílias, instituições sociais, políticas e religiosas por intermédio do esgarçamento moral dos costumes, quebrando sagradas tradições cristãs. Esse processo iconoclasta levou ao poder pessoas desvestidas de compromissos com os valores estabelecidos ao longo de milênios. Empreendeu-se a elaboração de uma legislação que afrouxa a punição para o erro, beneficia o delito, facilita a delinquência e permite, claramente, a leniência com o crime e o criminoso.

O Brasil não ficou fora desse processo. A Carta Magna de 1988 foi elaborada por uma Constituinte majoritariamente esquerdista em que pontificaram até ex-terroristas. A legislação infraconstitucional é extremamente contemporizadora com a delinquência. Essa legislação foi aprofundada, sedimentando um ordenamento jurídico que, de par com mecanismos educacionais, criou um ambiente propício a desobediência às normas da convivência social harmoniosa. Tudo isto é feito com certa desfaçatez, escudado no discurso de defesa dos direitos humanos.

É certo que vivemos a "Era dos Direitos", como bem explicitou o pensador Norberto Bobbio. Todavia, há claras distorções na práxis dos pseudodefensores desses sagrados direitos à vida, a começar pelo fato de que são os agressores da lei e da ordem os maiores beneficiários da legislação de que tratamos, nascida sob a égide de uma Constituição dita garantista, mas que tem falhado quanto à sustentação de normas que punam, com rigor, os que dela se desviam em detrimento da harmonia social.

Arrimada, sobretudo, na práxis cristã, onde não há lugar para a hipocrisia, apresentei projeto de lei na Assembleia Legislativa que propõe a instalação de galeria de fotos em repartições públicas do Ceará (Fórum, Assembleia Legislativa, secretarias de Estado etc.) de pessoas condenadas por agressão às mulheres. O Projeto de Lei nº 71/2019 constitui iniciativa que visa prevenir às mulheres, colocando diante da sociedade a face daqueles que não as respeitaram, ao cometerem o delito, algumas vezes, com a perda da vida das vítimas.

Cumprir lembrar que o projeto segue o pensamento da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, a qual editou Súmula que caracteriza a violência contra a mulher como ausência de idoneidade moral, requisito necessário para a inscrição na Ordem. Por pertinente, vale citar referida Súmula: "A prática de violência contra a mulher, assim definida na Convenção Interamericana de Belém do Pará, constitui fator apto a demonstrar a ausência de idoneidade moral para a inscrição de bacharel em Direito nos quadros da OAB, independentemente da instância criminal."

A IMPORTÂNCIA DA SEGURIDADE SOCIAL PARA O POVO BRASILEIRO

Deputado Estadual Elmano de Freitas

E squematicamente, podemos afirmar que vivenciamos dois Brasis recentemente: um que vai de 2003 até 2014 e outro que vai de 2015 aos dias atuais. No primeiro, que o Banco Mundial considera uma década de ouro, tivemos políticas públicas exitosas, crescimento econômico, prestígio e reconhecimento internacional e quase pleno na oferta de emprego. No segundo, que persiste até os dias atuais, o desemprego bate recordes, a economia continua estagnada, a desesperança aumenta e convivemos com um governo federal que não governa, apenas, ameaça todos nós.

O golpe travestido de impeachment da presidenta Dilma foi o trampolim para que Temer materializasse mudanças radicais no capitalismo brasileiro a favor do rentismo pela via da EC/95, da reforma trabalhista e da terceirização irrestrita: o trabalho ficou muito mais barato e precário.

O curso do ataque ao andar de baixo completa-se, na fase Bolsonaro, com a PEC/006 que tenta aniquilar o que restou do Estado democrático de direito extinguindo todo o capítulo da seguridade social. Assim, perfaz-se o caminho da selva social do ultraliberalismo e do Estado de face repressora e não implementador dos direitos sociais insuficientes.

Estamos diante da tentativa de desconstituição da maior política pública brasileira. A seguridade social, sistema harmonicamente desenhado para combinar saúde, assistência e previdência, está diante de sua maior ameaça. Não se trata de reforma ou de ajuste pontual. Trata-se, mesmo, de se por fim à proteção dos idosos, ao abrigo dos mais necessitados e à inviabilização das aposentadorias.

A lógica da proposta repousa no favorecimento dos bancos e similares e na aposição de regras de acesso aos benefícios que, ao fim e ao cabo, não permitem chegar-se ao gozo desses. Quem – cidadão comum – conseguirá 40 anos de contribuição para ter uma aposentadoria digna? Quem conseguirá – sendo muito pobre manter-se com R\$ 400,00?

O caminho para saída da crise passa por outros contornos. É preciso aquecer o mercado de trabalho, diminuir o lucro da agiotagem oficial, fazer a reforma tributária solidária! Enfim, é preciso um novo projeto de desenvolvimento nacional que tenha as necessidades das famílias do nosso povo como prioridade!

UM POVO DE FÉ

Deputado Estadual Davi de Raimundão

A fé do povo cearense é algo que nem mesmo os mais renomados estudiosos, nem toda a ciência do mundo tem a capacidade de explicar, e essa fé acaba por dar ao nosso povo uma característica marcante, a resiliência.

Dessa terra que de tempos em tempos é castigada pela estiagem, ele tira seu sustento com a força renovada na sua devoção do padre santo que até mesmo o Vaticano decidiu rever a condenação, a qual ele fora submetido.

Mesmo sendo tirado dele o sacerdócio, nosso Padre Cícero Romão Batista permaneceu padre para o povo de Juazeiro, do Cariri, do Ceará, do Nordeste e de todo o Brasil, que se apegava a ele nas horas mais angustiantes e, pelos inúmeros relatos de graças alcançadas, pelo enorme volume de ex-votos que se acumulam na igreja do Socorro, ele se fez santo na fé

daqueles que nunca duvidaram de sua capacidade de interceder pelos menos afortunados.

A fé do cearense, sobretudo do juazeirense, no Padre Cícero nunca foi abalada nem mesmo quando ele foi proibido de celebrar, ficando mais próximo da política, e, talvez por isso, nunca perdeu o contato com o seu povo, nem deixou de atender os que nele buscavam auxílio, ou pelo menos uma palavra acolhedora.

Hoje, o Vaticano atendeu ao pedido do bispo Dom Fernando Panico e reconciliou o padre Cícero Romão Batista com a Igreja católica, notícia de que todos seus devotos já tinham certeza, pela fé que os move de que um dia ela seria divulgada.

Quando falta fé, falta esperança, falta crença em um mundo melhor.

Muito pode ser tirado do cearense, menos a sua fé de que, a cada por do sol, surgirá na aurora um dia melhor do que aquele que se passou.

Tenho fé no porvir, tenho fé no meu povo e no meu Padre Cícero Romão Batista.

UNIÃO PELO PROTAGONISMO FEMININO NA POLÍTICA

Deputada Estadual Érika Amorim

“**N**ada para nós sem nós”. Desde que ouvi essa frase, lema da luta do Movimento de Pessoas com Deficiência, entendi que nenhuma política deve ser definida por qualquer representante, sem a direta participação dos membros do grupo atingidos por tal política. Na luta pelo direitos da mulher, compreendo que nossa batalha deve ser protagonizada por nós mesmas para, juntas, fazermos nossa voz ser ouvida.

Desafios fazem parte do nosso cotidiano. Posições de destaque e cargos de lideranças são, cada vez mais, reivindicados e fortalecidos pela nossa expressividade. A força de lutar por nossos direitos como agentes ativas de causas importantes é o que mais me toca como mulher na política.

Atualmente, nosso país passa por uma progressão no debate público em torno das questões femininas. É notório,

claro, que muitos avanços já foram conquistados nas últimas décadas. Porém, no que tange à representatividade das mulheres na política, esse debate ainda se encontra muito distante do desejado.

No Ceará, em cada eleição, mais mulheres têm disputado cargos políticos, mas poucas lograram êxito. Em 2014, foram eleitas duas deputadas federais e sete estaduais. Já em 2018, mais recente pleito, foi eleita apenas uma mulher para a bancada federal e seis mulheres para a Assembleia Legislativa. É muito baixa a presença das mulheres no cenário político!

Mudar essa realidade é preciso. Não somos só sobrenomes políticos; não somos vozes sensíveis, no sentido da fragilidade. Somos fortalezas, somos pessoas públicas que querem e já atuam em defesa de cada sonho depositado com o voto. Nosso engajamento é coletivo. E nossa união é por nós mesmas, porque somos igualmente capazes de legislar e de executar políticas públicas para a sociedade.

CEARÁ: uma economia no caminho certo

Deputado Estadual Evandro Leitão

Uma boa política de desenvolvimento econômico resulta em ganhos diretos para a população, quando essa consegue promover emprego e renda. A economia cearense tem sido destaque nacional. Dados, de 2019, do Banco Central demonstram que o dinamismo econômico do nosso Estado foi muito importante para reagir, de forma eficaz, às crises econômicas pelas quais o país tem passado nos últimos anos.

Entre 2004 e 2018, a expansão econômica no Brasil foi de 2,4% ao ano. O Nordeste atingiu o patamar de 2,5% no mesmo período e no Ceará, essa expansão foi de 2,9% ao ano. Esse cenário de crescimento acima da média trouxe benefícios sobre os indicadores sociais, fortaleceu o mercado interno, reduziu o nível de pobreza e expandiu continuamente o mercado de trabalho.

De 2007 para cá, apenas entre 2015 e 2017, o Estado passou por uma contração na geração de empregos em decorrência da crise econômica que assolou todo o país. Já em 2018, fomos o 8º Estado do Brasil a criar mais postos de trabalho. Em 2019, a tendência é de crescimento, visto que de janeiro a março a taxa de desocupação caiu 10,54% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A avaliação é que a política de atração de empresas e avanços na educação básica e profissional estão atrelados a esse bom desempenho. Não adianta, apenas, ter postos de emprego, é preciso qualificar os cidadãos. Em 2018, o governo do Estado investiu 27,4% da sua receita corrente líquida em educação, ultrapassando 2,4 pontos percentuais da previsão constitucional (25%).

Temos acertado em construir uma política econômica sustentável e promissora. Assim, é potencializado o poder de investimento em projetos que atendam, cada vez mais, a população cearense, em especial, políticas de geração de emprego. Estamos no caminho certo.

O MANDATO PARLAMENTAR É DE TODOS

Deputada Estadual Fernanda Pessoa

Já estamos no terceiro mandato como deputada estadual (PSDB), com destaque na Assembleia Legislativa do Ceará pelos projetos em defesa dos direitos dos idosos, das mulheres, das crianças e dos adolescentes. Temos levantado a bandeira de diversos profissionais, a exemplo dos agentes comunitários de saúde, endemias, entre outros.

Nessa Legislatura, além de lutarmos pelos direitos do acesso à saúde para pacientes com doenças raras, câncer e autismo, defendemos políticas direcionadas às pessoas com deficiências.

Entre os projetos em defesa da saúde, destaca-se, com grande relevância, o Projeto de Lei nº 324/2019, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade do repasse de informações dos diagnosticados com doenças raras”, que obriga os estabelecimen-

tos de saúde pública e privada a repassarem informações dos diagnosticados com doenças raras à Secretaria de Saúde do Estado do Ceará.

O objetivo é realizar uma contagem de casos raros no Estado do Ceará. Sendo essa mais uma forma que o Estado tem para zelar pela saúde dos cidadãos que necessitam do amparo do Estado, independente da idade.

Como Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Mulheres, temos nos empenhado na prevenção do câncer de mama, na saúde da mulher e pela não violência. Conseguimos ampliar em três mil o número de biópsias no Estado, solicitando aos deputados enviarem parte da verba do Pacto de Cooperação Federativa - PCF, para unidades que atendem pacientes que sofrem com o câncer de mama.

Durante esses cinco meses de mandato, trabalhamos em defesa dos cearenses, com o compromisso de fortalecer, cada dia mais, a luta pela garantia de direitos para todos. Para demonstrar isso, realizamos diversas solenidades, audiências e apoiamos, também, os projetos. Afinal, nosso mandato é de todos, e juntos vamos avançar cada dia mais.

A IMPLANTAÇÃO DA CERTIFICAÇÃO ISO NO PROCON ASSEMBLEIA

Deputado Estadual Fernando Hugo

Cada vez mais a administração pública tem buscado acompanhar o avanço adotado no mundo corporativo. Na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, a palavra de ordem é investir na capacitação profissional e implantar o sistema de qualidade na gestão.

Não é mais permitido no mundo de hoje, oferecermos um serviço ineficiente. Assim, quando a Assembleia, por meio da Comissão de Defesa do Consumidor, propôs-se a criar um órgão de defesa do consumidor, ela propôs-se, também, a perseguir a excelência no atendimento do cidadão na hora em que ele mais necessita de apoio.

A cada legislatura que tenho passado nesses meus oito mandatos, no Poder Legislativo, tenho acompanhado o empenho de cada presidente para termos uma Assembleia melhor, e isso passa primeiro pela gestão, pelo que chamo a Assem-

bleia que ninguém vê, mas, que sem ela não conseguiríamos ser percebidos.

Recordo-me que no ano de 2011 foi implantado o sistema de gestão da qualidade na Consultoria Parlamentar, com a adoção de um conjunto de elementos, que propiciaram a padronização dos serviços ofertados e a melhoria contínua das pessoas e dos processos de trabalho.

Hoje, o Procon Assembleia iniciou o processo de Certificação ISO 9001:2015 do Sistema de Gestão da Qualidade. Esse processo, composto por várias etapas, será construído ao longo do ano, junto com os servidores, levando em conta a finalidade do Procon, que é o atendimento ao cidadão, a quem interessa o trabalho.

A certificação será um ganho não somente para a Assembleia, mas também, para seus servidores, e sobretudo para o cidadão.

Hoje, o Procon AL consolidou-se por oferecer um serviço de qualidade ao cidadão cearense, mas isso não significa que essa prestação de serviço não possa ser aprimorada e, nesse sentido, o Sistema de Certificação ISO vai qualificar ainda mais esse atendimento.

Todos os procedimentos internos serão mapeados, estudados e compartilhados com todos os servidores do Procon. A partir daí, serão identificados os pontos positivos e negativos e, na sequência, todos os procedimentos normatizados, a fim de assegurar a excelência no atendimento ao cidadão.

Quem busca os serviços do Procon AL espera ter reestabelecida sua cidadania, negada no desrespeito aos seus direitos, e a Certificação ISO é mais uma garantia de que seus direitos serão reestabelecidos.

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS: uma estratégia de desenvolvimento estadual

Deputado Estadual Fernando Santana

As micros e as pequenas empresas desempenham papel de inquestionável importância no cenário econômico mundial, em razão de constituírem a maioria esmagadora do número total de empresas existentes e por contribuírem com uma expressiva geração de empregos.

No Brasil, de acordo com dados da DATASEBRAE, existem 14 milhões de empreendimentos formais urbanos de micro e pequeno porte, o que representa 99% das empresas do país. Elas geram 55% dos empregos com carteiras assinadas, respondem por 44% da massa salarial e são responsáveis pela geração de 27% do PIB nacional.

O Ceará conta com, aproximadamente, 400 mil desses empreendimentos, representando 91,6% do total de empresas

existentes, que respondem por 46,8% dos empregos com carteiras assinadas e por 26,5% do PIB estadual.

No que concerne à geração de empregos, segundo dados do Ministério do Trabalho/CAGED, no período compreendido entre os anos de 2006 a 2018, os pequenos negócios geraram no Ceará, 472.331 novos empregos, enquanto as médias e grandes empresas fecharam com um saldo negativo de -42.141 vagas.

Esse potencial para a geração de empregos e renda dos pequenos negócios precisa ser cada vez mais estimulado e valorizado, especialmente, quando se considera que o Brasil atingiu a marca de 13 milhões de desempregados, em abril de 2018, sendo 522 mil no Ceará, aproximadamente.

Esses números explicam o resultado de pesquisa de opinião pública sobre Assuntos Políticos e Administrativos realizada pela CNI/IBOPE, quando 27% dos entrevistados apontaram o desemprego como um dos principais problemas enfrentados pelo Brasil atualmente.

Um aspecto a ser avaliado, criteriosamente, é a força do empreendedorismo no Brasil. Em pesquisa Global Entrepreneurship Monitor - GEM (Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade – IBQP e SEBRAE) referente a 2017, o Brasil ocupa a 9ª posição entre os países mais empreendedores dos 53 avaliados.

É oportuno salientar que micros e pequenas empresas representam um pilar fundamental para a economia dos estados e municípios, em função de seu número, de sua capacidade de criar e de manter empregos, de gerar renda e por desempenhar valioso papel na interiorização do desenvolvimento, visto que se encontram dispersas em todo o território estadual.

Esse extenso número de pequenos negócios, na economia, propicia uma estrutura de mercado menos concentrada, tornando-os instrumentos de inclusão e mobilidade social e,

por suas características, contribuem para a redução da pobreza e das desigualdades sociais.

Diante da indiscutível relevância econômica e social dos pequenos empreendimentos, faz-se necessário que governadores e prefeitos formulem e implementem políticas públicas de apoio a esse valoroso segmento da nossa economia, com base na Lei nº 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.

À ESPERA DO RIO SÃO FRANCISCO

Deputado Estadual Guilherme Landim

A transposição do rio São Francisco é fundamental para o desenvolvimento do Ceará. A obra do governo federal, que perdura há quase seis anos, tinha prazo inicial de 24 meses para ser finalizada, mas até então não recebemos suas águas. Como representante do povo, é meu dever buscar respostas, e por isso protocolei na Assembleia um requerimento para a criação da comissão de acompanhamento às obras.

Essa também foi uma luta de muitos anos do deputado Wellington Landim, meu falecido pai, que foi o primeiro a empunhar essa bandeira no Ceará, e um dos primeiros no Nordeste. O trecho pendente, para que possamos, enfim, dar início à distribuição da água, estende-se de Salgueiro até chegar em Jati, e está em fase de conclusão, mas sua entrega já foi adiada por cinco vezes.

Devemos cobrar da empresa licitada e dos órgãos responsáveis o que está no planejamento, e o que o novo governo idealiza para o Nordeste. Quero, como parlamentar e como cidadão cearense, que o sonho se torne realidade.

Ver essa água chegar é ver amenizada a sede do povo cearense e o aumento da nossa produção agrícola. Além dessas questões, existem, ainda, várias obras menores que vêm junto, mas que são de igual importância, tais como as obras de abastecimento de todas as comunidades que margeiam o canal da transposição.

Tamanha construção impactou municípios do Ceará com danos que até agora não foram reparados, como barragens sem a estrutura adequada para receber as águas, situação que pode ser agravada com o período de chuvas, e até a necessidade de obras complementares, como a contenção do leito do riacho dos Porcos. Dessa forma, tornamos público para o povo e garantimos que nós parlamentares vamos estar lutando pela finalização desse trecho.

Afinal, como cearense, a pergunta que não me sai da cabeça é: quando finalmente poderemos usufruir das águas do Velho Chico? O sofrimento da seca é uma constante para o nosso povo, e ver chegar tanta água para um Estado que, há seis anos, padece com as consequências da estiagem é reacender a esperança do sertanejo de um futuro melhor, mais farto e promissor.

LEI DA FICHA LIMPA PARA TODOS OS AGENTES PÚBLICOS

Deputado Estadual Heitor Férrer

Há dez anos, o povo brasileiro levantou-se democraticamente contra os abusos cometidos pelos dirigentes partidários que insistiam em dar guarida, nas agremiações, a personalidades de vida pregressa pouco recomendável para o exercício de funções públicas. Assinado por 1.516.479 cidadãos, foi apresentado à Câmara dos Deputados um Projeto de Lei de Iniciativa Popular - PLP, registrado sob número 518/2009, o qual, de logo, ganhou o apelido de "Ficha Limpa", pois objetivava extirpar do cenário eleitoral postulantes que haviam sido gestores públicos e que foram condenados por colegiado. Uma ação de cidadania que contagiou a Nação visando à higienização moral da política, contra a corrupção. Assim, nasceu no Congresso Nacional a Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010, a LEI DA FICHA LIMPA, publicada no Diário Oficial da União em 7 de junho do mesmo ano.

Vivenciando o cenário político do Ceará, na condição de deputado estadual, observei que havia um descompasso entre a Lei da Ficha Limpa, aprovada no Congresso para efeitos de registro de candidato, e a nomeação de agentes públicos para ocuparem cargos em confiança no âmbito do Poder Executivo. Algumas personalidades que tinham sua postulação vetada pela Justiça Eleitoral, em razão de condenação por colegiado e eram acolhidas sem a menor cerimônia no corpo administrativo do Estado. Em face dessa situação díspare, apresentei Projeto de Emenda Constitucional - PEC, seguindo os mesmos critérios da Lei da Ficha Limpa em vigor no âmbito federal. Porém, a minha propositura, que logo recebeu o apelido de Lei da Ficha Limpa do Ceará, vai além ao proibir a nomeação ou designação para cargos públicos em todos os poderes, daqueles considerados inelegíveis em razão de atos ilícitos. Também o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado e até mesmo os nomes que constem da lista tríplice para escolha dos reitores das universidades estaduais, estão submetidos ao dispositivo legal.

Considero que a aprovação dessa emenda constitucional de minha autoria constituiu um avanço no processo de conscientização do legislador e da própria sociedade, diante de tantos escândalos protagonizados por políticos e agentes da administração pública. O mau uso dos dinheiros públicos, em detrimento do atendimento das necessidades básicas da população, deve merecer atenção felina dos órgãos investigativos, bem como ser objeto de punição rigorosa por parte do Poder Judiciário. A falta de decoro, a imoralidade no uso de recursos públicos e a improbidade administrativa devem ser não, apenas, um desafio permanente, mas merecer o alcance do braço da lei. O legislador deve dar sua contribuição nessa árdua caminhada em busca da consecução da cidadania e da punição dos corruptos. Foi o que fiz.

O INCENTIVO À LEITURA AO PÉ DA LETRA

Deputado Estadual José Sarto

Desde o início do Ensino Médio, a preocupação com a escrita dos estudantes torna-se mais presente. Com a aproximação do Enem, ponte de acesso ao Ensino Superior, a redação constituiu-se como avaliação decisiva. Para preparar os alunos, são honrosas as iniciativas escolares de incentivo à leitura e ao debate sobre temas da atualidade para a construção de boas narrativas e argumentação. Mas, por vezes, professores lidam com outro problema: a ortografia.

Ao passo que as redes sociais se estabelecem como importante ferramenta de comunicação, nelas todos encontramos um espaço de descompromisso com a norma culta. Com isso, deslizos tendem a tornar-se vícios e os efeitos reverberam em sala de aula. Compreender esse sintoma não significa tratar as redes sociais como vilãs. Considero fundamental perceber nelas a oportunidade da escrita e da busca por se

fazer compreender. O problema manifesta-se quando erros na grafia transpõem o mundo virtual e marcam presença nas redações escolares.

Tendo isso em vista, assinamos termo de cooperação técnica com a Seduc para a produção e transmissão do programa Ao Pé da Letra na TV Assembleia. Faremos uma competição de soletrar, com alunos da rede pública estadual. Acredito que essa é uma forma lúdica de estimular os alunos a estudarem mais. Afinal, soletrar bem exige domínio da gramática, regras da acentuação, funções sintáticas, origem da palavra etc.

O Ao Pé da Letra é um ponto de partida entre as ações que estudamos realizar para incentivar o estudo do português e de outras disciplinas. Esperamos gerar uma ambiência de entusiasmo nas escolas, envolvendo toda a comunidade pedagógica, enaltecendo e replicando boas práticas. Esse reconhecimento é o maior prêmio.

DEMOCRACIA: uma relação constante de diálogo

Deputado Estadual Júlio César Filho



exercício pleno da democracia pressupõe a autonomia e a eficiência dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Trata-se de uma relação de independência harmoniosa, construída permanentemente por meio do diálogo, pautado, sobretudo, pelas demandas da população. Nesse contexto, o parlamento exerce papel primordial no diálogo com a sociedade, visando à conquista de melhorias para os cearenses.

Com as prerrogativas essenciais de legislar e fiscalizar as ações do Executivo, temos a função primordial de defender a aplicação do dinheiro público em ações de interesse da comunidade. Essa agenda do legislativo é construída, conforme os anseios da sociedade.

Diante disso, conquistamos vitórias históricas para diversos segmentos, tais como a promoção dos policiais e bombei-

ros militares, a implantação do Bilhete Único Metropolitano com integrações diárias ilimitadas e a ampliação do horário de funcionamento do Metrofor.

O parlamento, também, colaborou para o Ceará tornar-se, atualmente, referência na área da Educação, com a aprovação de projetos como o que instituiu o Programa Aprendizagem na Idade Certa (Mais Paic), política educacional desenvolvida nos 184 municípios cearenses. A iniciativa elevou a qualidade do ensino público no Estado. Dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) apontam que das 100 melhores escolas públicas brasileiras, 82 são cearenses.

Essa experiência norteia o nosso terceiro mandato como deputado estadual que nos trouxe a missão desafiadora de exercer a liderança do governo Camilo Santana na Assembleia Legislativa. A função exige o aprimoramento permanente do diálogo. Como líder de uma bancada formada, atualmente, por 38 parlamentares governistas, assumo a responsabilidade de intermediar as demandas entre a sociedade civil e o Executivo.

Esse diálogo fortalece a interlocução com representantes de todos os municípios e aproxima o poder público da sociedade, gerando, conseqüentemente, resultados positivos para os cearenses. Na área da educação, lutamos para que Maracanaú seja beneficiado com a instalação do Campus da Universidade Estadual do Ceará (UECE), que oferece ensino público gratuito e de qualidade. Buscamos, ainda, para o município a implantação da terceira unidade do Colégio da Polícia Militar do Estado, referência em ensino fundamental e médio, tendo em vista a garantia de educação básica de qualidade, um pilar importante para o melhor desempenho dos jovens no ensino superior. Todas essas ações são consequência do diálogo constante com a sociedade, essencial na democracia.

REDUÇÃO DE GESTAÇÕES NÃO PLANEJADAS COMO POLÍTICA PÚBLICA

Deputado Estadual Leonardo Araújo

Segundo a Fundação Oswaldo Cruz (2014), no Brasil, o número de gestações não planejadas representa 55,4%. O número sobe para 83,7% em gestações entre adolescentes (Ministério da Saúde, 2009). Diante do exposto, é imprescindível que o Estado, por meio de políticas públicas, incentive e conscientize a população acerca da importância do planejamento reprodutivo, colaborando para que as mulheres tomem decisões sobre quando querem ter filhos.

Outro dado alarmante são os custos que o Estado investe para a realização de um parto na rede pública de saúde. Le HH *et al.* (2014) afirmam que o custo aproximado do governo com gastos hospitalares de uma gestação não planejada é de R\$ 3.232,67. Esse valor considera, apenas, gastos com nascimento e complicações; não considerando gastos de saúde ambulatoriais. Além disso, R\$ 5,8 bilhões é o valor gasto com

gestações não planejadas no Brasil anualmente. De acordo com o Ministério da Saúde (2009), no Brasil, 60 a 83,7% das gestações entre adolescentes não foram planejadas.

Um fator importante para a redução desse valor e, principalmente, uma importante medida de proteção à mulher é a utilização de métodos contraceptivos. Como medida urgente de saúde pública, de proteção à mulher em situação de vulnerabilidade e política estatal, sugerimos ao Poder Executivo que a mulher, em situação de vulnerabilidade no Ceará, atendida na rede pública de saúde, tenha direito à inserção gratuita de implante contraceptivo (etonogestrel) reversível de longa duração, logo após a ocorrência do primeiro parto. Esse projeto de indicação tramita na Assembleia Legislativa do Ceará e, caso aprovado, segue para apreciação do governador Camilo Santana.

QUEIJO ARTESANAL, UM CAMINHO SEM VOLTA!

Deputado Estadual Leonardo Pinheiro

Polêmico, charmoso e gostoso. Do Norte ao Sul do Brasil e em outros países onde ele ressurgiu ou mesmo se reinventa, o queijo artesanal chama a atenção por onde passa. Seu crescente mercado consumidor e a gastronomia brasileira, em alta, apaixonada pelos queijos tradicionais, impulsiona a produção queijeira, que encontra um sinuoso caminho a ser percorrido, porém com destino promissor.

O Instituto de Tecnologia de Alimentos de São Paulo (ITAL-SP) divulgou, recentemente, um trabalho atestando que, entre as tendências para o mercado de produtos lácteos nos próximos três anos, está a preferência por produtos artesanais e locais, que propiciem novas experiências sensoriais no consumo. Vale enfatizar que alimento artesanal não é sinônimo de produto sem inspeção, sem rótulo, caseiro e sem controle sanitário. Diferentemente do que muitos imaginam,

produzir queijos artesanais exige matéria-prima de altíssima qualidade e rebanho de excelente status sanitário.

Novas legislações a respeito vêm aparecendo nos últimos anos, em nosso País, e a tendência é que se abra espaço para mais produtores explorarem esse mercado em potencial. De qualquer forma, quem desejar empreender, nessa área, deve responder a algumas perguntas: qual a história, o conceito diferencial da sua produção e do seu produto? Pois não é, simplesmente, vender um bom queijo, mas o que ele “carrega” junto. São animais criados no pasto? Campo nativo? Raças específicas? Receita dos antepassados? É uma série de questões que podem ser levadas em conta.

Para não citar sempre França, Itália ou mesmo Minas Gerais, há exemplos de países sem muita fama, quando o assunto são queijos típicos que ilustram bem essa ideia: em Vermont, Estados Unidos, a *Plymouth CheeseCompany* faz questão de informar que utiliza apenas leite cru, livre de qualquer aditivo, antibiótico ou hormônios. Além disso, que o leite provém de animais tratados de forma humanitária, onde apenas as melhores práticas de fabricação são empregadas. Também enfatizam: *“Estamos confiantes de que depois que provar nossos queijos, você apreciará e entenderá nossa constante atenção aos detalhes e nossa dedicação para a promoção e sustentabilidade do ambiente natural aqui em Vermont”*.

O queijo artesanal avança, no País, e no mundo todo. No Ceará, não será diferente. Ele chega para ficar. Pois muito mais que leite, coalho, fermento e sal, esse queijo tem história, cultura, resistência e coragem. Esses ingredientes ninguém lhes tira.

Baseado nesses ingredientes culturais e históricos, além da preocupação com a chegada de uma mercadoria produzida com segurança e higiene, na mesa do consumidor cearense, é que me inspirei para elaborar o Projeto de Lei Nº 00087/2019 que **DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA PRODU-**

ÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE QUEIJOS E MANTEIGAS ARTESANAIS NO ESTADO DO CEARÁ. Ademais, conheço, como poucos, a realidade vivenciada pelos produtores artesanais de queijo e manteiga no nosso Estado, principalmente, da região do Vale do Jaguaribe e adjacências, pois constatam-se, dia após dia, as suas agruras e os seus anseios.

Imensamente sensibilizado com a situação vivida pelos produtores acima mencionados, requeri e a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará realizou, no dia 27 de junho do corrente, no Complexo das Comissões Técnicas Permanentes desta Casa Legislativa, uma Audiência Pública com o objetivo de discutir com as entidades públicas e privadas acerca do tema "Produção e Comercialização de Queijos e Manteigas Artesanais no Estado do Ceará".

Durante a audiência foi, exaustivamente, debatido o PL N° 00087/2019, destacando-se, ainda, que estavam presentes os representantes dos mais variados e importantes entes públicos e privados, diretamente, ligados à pertinência do tema.

Destaco, ainda, a importância social e econômica do queijo coalho artesanal e da manteiga da terra artesanal para o nosso Estado e para a cultura da culinária típica, tão apreciada pelos cearenses e turistas de todo o mundo.

A Audiência Pública foi realizada pela Comissão de Agropecuária que tem o deputado estadual Moisés Braz como presidente e coautor do PL N° 00087/2019. Contou com as ilustres presenças dos deputados: Leonardo Araújo, autor do PL N° 00087/2019, juntamente conosco e Antônio Granja (coautor).

Sem dúvida, com o PL N° 00087/2019 de nossa autoria e do deputado Leonardo Araújo, foi dado o pontapé inicial para a realização dos sonhos de milhares de pequenos criadores e produtores cearenses de queijos e manteigas artesanais, fazendo com que essas pessoas, que vivem de forma tão sacrificada, possam vislumbrar, em um futuro muito próximo, as suas inserções no mercado de trabalho, proporcionando,

assim, para si e para os seus familiares uma vida mais digna. Essa marcante iniciativa é o que podemos chamar de INCLUSÃO SOCIAL com responsabilidade!

A DEFASAGEM DA TABELA SUS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A POPULAÇÃO

Deputado Estadual Lucílio Girão



Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Básica, até o transplante de órgãos. O Sistema Único de Saúde (SUS) é composto pelo Ministério da Saúde, pelos estados e municípios, conforme determina a Constituição Federal. Cada ente tem suas coresponsabilidades.

Atualmente, cerca de 75% dos brasileiros dependem, exclusivamente, do SUS, o restante da população utiliza a saúde privada. Mesmo que algum cidadão opte por utilizar a saúde privada e adquira um plano de saúde, seja individualmente ou por convênio da empresa em que trabalha, ele não perde o direito de utilizar o SUS. Afinal, um de seus princípios é a universalidade, que significa que todos os brasileiros têm direito aos serviços de saúde.

O SUS, no papel, deveria garantir acesso integral, universal e gratuito para toda a população do País, mas na prática a realidade é outra. Encontramos um longo tempo de espera por procedimentos médico-hospitalares, falta de médicos e leitos, um mal atendimento prestado aos pacientes, entre outros, onde vemos que um dos fatores principais para o mau funcionamento do sistema, hoje, é a defasagem dos valores aplicados pela tabela do SUS.

O financiamento do SUS tem participação da União, dos estados e dos municípios. Segundo Leonardo Vilela, presidente do Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), o percentual da União tem diminuído gradativamente. Segundo ele, no ano 2000, o governo federal respondia por 72% dos recursos da saúde pública, cabendo a estados e municípios os 28% restantes. Hoje em dia, a proporção seria outra: 42% da União e 58% de estados e municípios.

Os baixos valores da tabela do Sistema Único de Saúde obrigam os governos estaduais a recorrerem ao orçamento próprio para garantir a continuidade dos serviços, gerando um ônus que os mesmos não conseguem absorver devido à escassez de recursos, conseqüentemente, gerando um descrédito indevido da população com esses governos.

O Conselho Federal de Medicina (CFM) fez um levantamento no período de 2008 a 2014, mostrando que dos 1.500 procedimentos hospitalares pesquisados na tabela, nada menos do que 74% (1.118) não tiveram seus valores atualizados de acordo com a inflação. O CFM teve o cuidado de usar dados do Sistema de Informações Hospitalares do SUS, portanto, do próprio Ministério da Saúde, para determinar o valor médio pago para cada tipo de procedimento. Encontramo-nos, no ano de 2019, e a realidade continua a mesma.

A tabela do Sistema Único de Saúde (SUS) não é reajustada há 17 anos. Os recursos repassados pelo governo para pagar procedimentos hospitalares de média e alta complexi-

dade, além da atenção básica de saúde, estão em desarmonia com a realidade atual.

A desatualização da tabela SUS vem gerando graves e irreparáveis problemas, pois, por conta dos valores precários pagos a serviços e procedimentos, cada vez mais aumenta a dificuldade para se encontrar instituições, profissionais e técnicos capacitados que aceitem prestar os referidos serviços aos usuários do sistema.

O congelamento da Tabela SUS tem causado desabastecimento na assistência à saúde pública, cujos efeitos se revelam nas filas de cirurgias por procedimentos e também em mortes evitáveis.

Nesse primeiro momento, é preciso identificar os gargalos e estabelecer as prioridades dentro do rol de procedimentos médico-hospitalares, financiados pelo Sistema Único de Saúde para que se mitiguem, o mais rápido possível, as demandas, estendendo para os demais procedimentos com o decorrer das atualizações.

Diante do exposto, entendemos que é de suma importância para estabelecer a excelência no atendimento médico-hospitalar, para a população, e a conseqüente revigoração do Sistema Único de Saúde a imediata atualização da tabela de preços apresentada pelo Ministério da Saúde. Essa atualização vai proporcionar uma gama de convênios com instituições e prestadores de serviços médicos, reduzindo o tempo de espera e prestando um melhor atendimento à população.

A FALÁCIA DO DISCURSO DESARMAMENTISTA

Deputado Estadual Manoel Duca (Duquinha)

Não há dificuldade em desconstruir o discurso dos desarmamentistas no Brasil, pelo simples fato de que ele está eivado de falácia e hipocrisia, sem olvidar interesses de poderosos grupos internacionais ditos "politicamente corretos". Na verdade, eles estão mais para a politiquice, que bem rima com canalhice, do que para a correção da Política no sentido aristotélico do termo, ou seja, a arte de bem gerir os negócios públicos para o bem do povo e não apenas de meia dúzia de militantes de causas alheias às necessidades prementes de nosso Brasil.

Para discutir a questão do desarmamento, nem levo em conta o engavetamento de um referendo, em que o povo brasileiro decidiu, por ampla maioria, a favor do direito do cidadão adquirir sua arma de fogo para exercer, caso necessário – é claro! -o inalienável direito de sua legítima defesa, de sua família e de seu patrimônio.

Em primeiro lugar, está clara a hipocrisia dos desarmamentistas. Em grande número militantes de partidos de esquerda, ateus, eles se escudam num discurso religioso para posarem de pacifistas. Deveriam ler o Catecismo da Igreja católica, o qual, para além do justo mandamento de não matar, assegura ao ser humano o direito à legítima defesa, quando inscreve no item 2264, que "o amor a si mesmo permanece um princípio fundamental da moralidade. Portanto, é legítimo fazer respeitar seu próprio direito à vida. QUEM DEFENDE SUA VIDA NÃO É CULPÁVEL DE HOMICÍDIO, MESMO SE FOR OBRIGADO A MATAR O AGRESSOR." (grifo meu) E essa determinação do Catecismo está consoante com o grande Doutor da Igreja, Santo Tomás de Aquino que, na Suma Teológica, assegura que a pessoa, "antes da de outrem se está obrigado a cuidar da própria vida."

A falácia faz-se sentir sob o véu do malfadado Estatuto do Desarmamento, que proíbe o brasileiro do direito irretorquível de possuir e/ou portar uma arma de fogo. Argumenta-se que a arma é naturalmente um gerador de violência. Os fatos demonstram sobejamente a inverdade dessa afirmativa. A violência do Brasil só tem crescido desde a criação dessa lei. É uma das piores chagas da nossa sociedade. E os lares brasileiros estão totalmente desarmados. Enquanto isso, nos países onde se verifica o menor índice de criminalidade, a legislação sobre armas de fogo atende às necessidades do cidadão no respeitante à legítima defesa. Enquanto em apenas 5% dos lares brasileiros tem uma arma de fogo, o percentual de armas em lares de países, com índices de violência muito menores do que os aferidos no Brasil, supera em muito o nosso: EUA – 48%; Suíça – 32,6%; Noruega – 31,2%; Canadá – 30,8%; Finlândia – 25,5%; França – 24,7%; Austrália – 20,1%; Bélgica – 16,8% (fonte: *Pacific Research Institute*).

Lembre-se, por oportuno e necessário, de que os bandidos e meliantes não adquirem legalmente as armas com que praticam os crimes. A verdade insofismável é que, no Brasil,

os cidadãos trabalhadores e de boa índole estão desarmados; os assassinos, ladrões e estupradores continuam, não apenas armados, mas traficando armas sem que o tal Estatuto do Desarmamento tenha a força necessária para coibir-lhes a nefasta ação que praticam contra a sociedade.

PREVENÇÃO AO USO DE DROGAS: POR ONDE AS POLÍTICAS DEVEM COMEÇAR

Deputado Estadual Marcos Sobreira

A saúde mental é historicamente marcada por lutas que se estendem até os dias de hoje. Nessa busca pela garantia de direitos, as políticas sobre drogas assumiram um papel de destaque nos últimos anos, devido à necessidade de se ter um olhar atento para a área. Cabe ressaltar que houve um aumento significativo no número de pessoas que apresentam problemas relacionados ao uso de drogas lícitas ou ilícitas, que buscam os serviços de saúde e assistência, sejam elas usuárias ou seus familiares, o que nos leva à reflexão sobre a necessidade de uma abordagem de prevenção, cada vez mais frequente, com os jovens.

Políticas integradas de prevenção podem ser alternativas viáveis e efetivas para redução dos problemas relacionados ao uso de álcool e outras drogas. O investimento, a médio e longo prazo, em prevenção, tende a reduzir os agravos sociais,

de saúde e de custos, na perspectiva de formulação e articulação com diversos setores, cujo alcance pode ser ainda mais positivo.

Diante da importância das ações de prevenção que estimulam o desenvolvimento de habilidades sociais, incentivam a interação cooperativa, fortalecem e ampliam estratégias do diálogo, podemos destacar que a prevenção é uma das táticas mais eficientes e menos danosas para conscientizar as pessoas dos problemas relacionados ao uso de drogas, considerando questões éticas, valores e habilidades voltadas ao bem-estar do indivíduo e à valorização do vínculo familiar. Proporcionar a esses jovens um espaço de dialógico reflexivo, afetivo e respeitoso, com compartilhamento de conhecimento, contribui para escolhas saudáveis e favoráveis à integridade física, ajudando a reduzir o consumo abusivo e os prejuízos causados pelo uso de álcool e de outras drogas.

AGRICULTURA FAMILIAR, REPRESENTAÇÃO E LEGITIMIDADE NA POLÍTICA

Deputado Estadual Moisés Braz

Em 2019, o Poder Legislativo cearense completa 184 anos de história. Responsável por elaborar leis e fiscalizar o Executivo, a Assembleia é caixa de ressonância dos anseios do conjunto da população, à medida em que debate as questões de interesse da sociedade.

Como todo parlamento, a Assembleia é o mais democrático e representativo dos poderes do Estado. Formada por 46 deputados eleitos pelo voto direto, ela deve, ao menos em tese, representar a pluralidade da população. É nessa Casa onde os grupos sociais e políticos travam debates e disputam interesses dentro do jogo democrático.

Em um País cuja desigualdade é gritante, o poder político historicamente, tem sido exercido por representantes dos estratos economicamente mais elitizados da sociedade. É nesse ponto em que reside uma das principais questões que dizem respeito ao desenvolvimento do Estado-Nação.

Em quase 200 anos, o Legislativo Estadual nunca teve um agricultor de origem a ocupar um dos seus assentos. A nossa eleição, em 2014, foi um marco no sentido de que a agricultura familiar passou a ter um representante orgânico da categoria entre os deputados estaduais. O fato ensejou uma reflexão sobre a questão da representatividade neste Poder.

Com seus nove milhões de habitantes, o Ceará tem 44,7% desse total vivendo na pobreza. Desses, 1,25 milhão tem renda inferior a R\$ 140,00 mensais, ou seja, extrema pobreza. E uma boa parcela dessa pobreza está nas zonas rurais, onde 1,2 milhão de pessoas têm na agricultura familiar ou em torno dela sua principal atividade econômica.

Só recentemente a agricultura familiar passou a ser objeto de políticas públicas específicas para o desenvolvimento rural, que vêm sendo desmontadas no plano federal desde o golpe jurídico-parlamentar em 2016.

Neste contexto histórico, é de suma importância que tenhamos mais representantes dos agricultores e agricultoras no parlamento para que as políticas públicas de desenvolvimento rural sejam implementadas e consolidadas.

“VELHO CHICO”: esperança renovada

Deputado Estadual Nelinho Freitas

Dois mil e dezenove é o ano de renovar as esperanças quanto à conclusão das obras de transposição do Rio São Francisco. E com esse desejo, os deputados estaduais cearenses deram as mãos para acompanhar e viabilizar ações que possam, finalmente, trazer a segurança hídrica de que o Ceará tanto precisa.

Nos primeiros 100 dias desta 30ª legislatura, a Comissão Especial de Acompanhamento das Obras de Transposição do Rio São Francisco, da qual sou membro, enquanto presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, Recursos Hídricos, Minas e Pesca, estive em Jati, na região do Cariri, onde as obras do Eixo Norte estavam paralisadas. O governo federal garantiu R\$ 550 milhões para a conclusão das obras de transposição, ressaltando que, para esse eixo, em questão, serão necessários R\$ 150 milhões para finalização dos 3% restantes.

Com essa boa notícia, as águas devem chegar ao Cinturão das Águas do Ceará (CAC), em maio de 2020. No entanto, recebemos um alerta da Superintendência de Obras Hidráulicas - SOHIDRA, órgão responsável pelas obras do CAC, de que o atraso no repasse e o contingenciamento de recursos federais, pertinentes às obras do trecho I que, efetivamente, farão com que as águas do "Velho Chico" banhem o interior até a região metropolitana, impedem a conclusão das mesmas e a realização do sonho.

Para isso, é necessário o aporte de outros R\$ 170 milhões que irão finalizar o trecho I do Cinturão das Águas. No entanto, em meio à crise que atinge o Ceará e o Brasil, é preciso dar as mãos para que essa luta seja vencida.

É nesse pensar, de que se o Cinturão das Águas não for concluído e, assim, de quase nada servirá ao cearense a obra da transposição do São Francisco, que devemos pautar nosso trabalho todos os dias.

POBREZA MULTIDIMENSIONAL NA INFÂNCIA E NA ADOLESCÊNCIA: um olhar que vai além

Deputado Estadual Nezinho Farias

Seis a cada dez crianças e adolescentes brasileiros vivem na pobreza. Muito além da privação monetária, o País concentra 61% de meninos e meninas de até 17 anos de idade sem acesso à educação, à informação, à proteção contra o trabalho infantil, moradia, água e saneamento, direitos fundamentais garantidos por dispositivos legais. Os números estão no estudo Pobreza na Infância e na Adolescência, divulgado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que tomou por base os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD - 2015.

Analisando os resultados do trabalho, verifica-se que a pobreza monetária, na infância e na adolescência, foi reduzida, no Brasil, na última década, mas as múltiplas privações a que estão sujeitos não diminuíram em igual proporção. 61% das crianças e dos adolescentes brasileiros são pobres, seja porque estão em famílias que vivem com renda insuficiente

– pobreza monetária –, seja porque não têm acesso a um ou mais direitos – privações múltiplas. (PNAD 2015)

Diante dessa realidade, faz-se necessário levar para discussão, debate, promoção de propostas, planejamento e execução de políticas públicas no enfrentamento da situação, um olhar intersetorial, que se expressa de forma clara: se a pobreza na infância e na adolescência é multifacetária, qualquer solução ou recomendação para o seu enfrentamento não tem viés singular, individual ou setorial. Ao contrário, mostra-se uma demanda coletiva e colaborativa que, de forma integrante, integrada e integradora, traga para o centro das decisões atores sociais de instâncias, naturezas e competências diversificadas, mas com o compromisso de atuarem juntos. É nesse cenário que convidamos o Parlamento Cearense a pensar, discutir, debater, fomentar, apoiar e agir de forma a contribuir com o enfrentamento e a superação da pobreza multidimensional no Estado.

MINHA TRAJETÓRIA DE VIDA

Deputado Estadual Nizo Costa



Deputado Estadual Antonio Valdenizo da Costa (Nizo Costa) é natural de Cariús-CE, casado com Mara Dalila Antunes da Costa e pai de duas filhas. Um homem trabalhador, respeitado e admirado por todos que o conhecem. Trabalhou, por um longo período, na Cooperativa de Transporte Complementar de Passageiros da Região Centro-Sul do Estado do Ceará (COOPRE-CENSUL), na condição de presidente da categoria.

Sua trajetória sempre foi de grandes lutas e conquistas. Em 2017, quando era Presidente da FEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO CEARÁ - Fecoopace, Nizo conseguiu o feito de reunir, no Palácio da Abolição, todos os cooperados do Transporte Complementar do Ceará em uma reunião com o governador Camilo Santana, que resultou em acordos, compromissos e muitos benefícios para a classe.

Em 2018, foi eleito para o seu primeiro mandato como deputado, sendo o primeiro cariense a assumir uma cadeira no legislativo cearense. Foram muitas dificuldades, barreiras e obstáculos superados para atingir seu objetivo de ser representante do povo.

Sua passagem pela Assembleia está sendo um grande marco para o transporte complementar cearense, uma vez que é o primeiro deputado, falando em nome dos "Topiqueiros", alcançando muitas conquistas, entre as quais se pode destacar: alterar a idade mínima de uso dos veículos de cinco para nove anos; isenção de ICMS para compra de veículos dos cooperados; convênio com o Banco do Nordeste para liberação de linha de crédito e muito mais!

Nizo Costa reconhece a importância das cooperativas para prestação de serviço do transporte intermunicipal complementar de passageiros, pois esse serviço é imprescindível para a vitalidade econômica, a justiça social, a qualidade de vida e a eficiência das cidades, principalmente, no interior do Estado do Ceará.

Esse é Nizo Costa, um homem simples, de origem humilde, que dedicou parte da vida aos interesses de uma classe e de um povo trabalhador.

ÁGUA PARA O POVO

Deputado Estadual Oriel Nunes Filho

A situação de seca, nossa velha conhecida, precisa de soluções preventivas e duradouras, para que o problema seja enfrentado de acordo com os tempos atuais. Infelizmente, e apesar de toda tecnologia disponível no planeta, ainda vemos o enfrentamento da estiagem na ponta, de uma forma primitiva – escavação de poços profundos e distribuição via carros pipa. São soluções importantes, e ainda fundamentais para socorrer os mais necessitados, mas remontam de tempos imemoriais. Aguardamos há mais de dez anos pela conclusão das obras da transposição das águas do Rio São Francisco, e ao fim o sertanejo continua contando com Deus para que mande chuvas por meio da força da natureza. A fé inabalável do nosso povo é parte da cultura nordestina, mas precisamos viabilizar a tecnologia a serviço do homem para enfrentar os efeitos cíclicos da estiagem. Nos últimos sete anos, a seca agravou-se tanto que até nosso

maior reservatório, o Castanhão, entrou em seu volume morto. Outros importantes açudes, como o Banabuiú, têm quase uma década que não recebem recarga suficiente para suportar os períodos secos, a evaporação e a demanda humana e animal pelo precioso líquido. Para além da transposição, há um projeto mais importante que precisa de recursos para sua conclusão. O Cinturão das Águas é uma das melhores ideias criadas em solo cearense. Por ele é que teremos uma distribuição adequada, beneficiando todos os lugares que precisam de água. A ideia do Cinturão é interligar bacias, iniciando pelo trecho entre o grande reservatório da cidade de Jati (Cariri) e o Açude Castanhão. É por ele que correrão as águas futuras do São Francisco. Sonhamos com a construção de outros trechos, conforme prevê o projeto original, para que socorram reservatórios como o Orós, fundamental para a subsistência na Região Vale do Salgado, nos períodos mais críticos, tal qual o atual. Então, é preciso que obras como a transposição do São Francisco sejam concluídas, porque temos condições, ideias e tecnologia para fazer bom uso dos recursos hídricos e tirar nosso povo da dificuldade e do sofrimento que enfrenta todo o Nordeste setentrional.

UMA POLÍTICA DECENTE PARA OS IDOSOS

Deputada Estadual Patrícia Aguiar

Há 40 anos, quando o Brasil tinha 90 milhões de habitantes, apenas 5% da população passava dos 60 anos. A morte chegava mais cedo. Hoje, quando somos mais de 200 milhões, o IBGE indica-nos que a população de idosos saltou para mais de 13 %.

Quem vê essas estatísticas pode concluir que o País, ultimamente, melhorou a qualidade e as condições de vida do povo. A verdade, porém, não é essa. A euforia dos dados oficiais não se comprova na prática e se transforma em situação constrangedora em setores de carência absoluta.

O idoso do Nordeste tem uma outra história a contar a respeito do seu trabalho árduo e da labuta nas cidades que não evoluem em qualidade.

Os operários da construção civil, talvez, não consigam nem envelhecer, dados os riscos que correm trabalhando sem

a devida proteção. Quando os anos chegam, os que conseguem sobreviver, recebem uma aposentadoria aquém de suas necessidades. Em outros países, os governos fazem grandes investimentos para amparar a velhice.

Aos 60 anos, na Escandinávia, Suécia, Dinamarca, Noruega, Islândia e Finlândia, por exemplo, a aposentadoria supre o homem de suas necessidades básicas de alimentação, moradia, vestimenta, lazer e material técnico para alguma ocupação a que se dedique. Esse é um tratamento inteligente e de altiva dignidade.

Assim, é que sugerimos que se promova em todas as instâncias dos poderes Executivo e Legislativo: uma discussão imediata, com propositura para uma política definitiva de amparo aos idosos, pois, até agora, muito do que se fez nesse caminho foi literatura e retórica. As pessoas de idade não têm mais tempo para esperar que o progresso diminua as suas dificuldades; que as cidades se tornem belas e coloridas para só depois cuidarem de suas dificuldades.

O Ceará, além de cara bonita, precisa ter alma.

A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA!

Deputado Estadual Queiroz Filho

A educação muda, efetivamente, a vida das pessoas. A partir desse pensamento, assumimos o compromisso de trabalhar pela transformação da nossa sociedade e do povo humilde cearense, por meio da educação.

E dentre as diversas pautas que envolvem esse tema, uma delas toca-nos de maneira mais especial, e faz-nos acreditar que merece uma maior atenção, e um olhar mais sensível: a educação na primeira infância.

A primeira infância representa a fase inicial da vida do ser humano, de zero a seis anos de idade, e é marcada por intensos processos de desenvolvimento. É a etapa mais rica para o aprendizado, e primordial para a formação do cidadão. Logo, é muito importante fornecer uma educação adequada, capaz de estimular e trabalhar de maneira responsável, e com

qualidade, o desenvolvimento da criança nessa fase inicial, pois os benefícios colhidos são duradouros e determinantes para o sucesso na fase adulta.

Pesquisas e estudos científicos demonstram que um acompanhamento de qualidade, nessa etapa da vida, pode afastar situações de vulnerabilidade futura, pois contribui de forma significativa para o desenvolvimento de um adulto saudável, equilibrado, estimulado ao progresso e comprometido em assumir seu papel na sociedade.

Diante de uma sociedade que vivencia tantas carências e adversidades, uma forma de buscar um futuro melhor e com mais oportunidade é começar a preparar, hoje, as crianças, para que se tornem adultos capazes e com condições de mudar a realidade que se apresenta. E é na primeira infância que essa preparação se inicia de forma mais efetiva.

Portanto, um dos maiores desafios desse primeiro mandato que se inicia é poder trazer mais investimento e desenvolver projetos e criar parcerias em prol da educação, voltada para a primeira infância, cujo tema já é tratado como política de Estado pelo atual governo estadual, que sancionou a Lei do Programa Mais Infância Ceará, e pelo município de Fortaleza, por meio do Plano Municipal pela Primeira Infância de Fortaleza.

POR UM NOVO MODELO DE DESENVOLVIMENTO

Deputado Estadual Renato Roseno

Há mais de meio século, os governantes cearenses perseguem uma miragem: o desenvolvimento econômico de um Estado pobre, do semiárido nordestino, distante do centro dinâmico do capitalismo brasileiro.

Essa preocupação estratégica convertida em política de Estado tem alicerçado o discurso das nossas elites, pelo menos desde Virgílio Távora, passando pelos "governos das mudanças" liderados por Tasso Jereissati e reproduzido até hoje nos governos de Cid Gomes e Camilo Santana.

Diferenças à parte, mantém-se o mesmo conceito de desenvolvimento: industrialização dependente dos benefícios de Estado, com isenções fiscais; acesso barato e garantido à energia e à água; melhoria das estruturas portuárias e aeroviárias. Tudo isso posto em primeiro plano, ignorando

os altíssimos custos ambientais e sociais, sacrificando, a um só tempo, a segurança hídrica da nossa gente, concentrando renda e distribuindo injustiças.

Outro modelo é possível e necessário, rompendo com o paradigma ultrapassado da industrialização dependente da queima de combustíveis fósseis e da superexploração do trabalho. Em vez de indústrias poluentes e termelétricas, precisamos perseguir uma outra estratégia de desenvolvimento, centrada na valorização do trabalho cooperativo e associado de nosso povo, estimulando a criação de ocupação e renda por meio da reforma agrária, do fomento da agroecologia e das formas de economia solidária, alterando o paradigma industrial, apoiando a produção lastreada no consumo de energias renováveis, na produção de cultura, ciência e tecnologia e no respeito à natureza e aos direitos sociais da classe trabalhadora.

REFORMA SIM, MAS COM JUSTIÇA SOCIAL

Deputado Estadual Romeu Aldigueri

A reforma da previdência, apresentada pelo governo federal, irá transformar os trabalhadores em escravos que jamais conseguirão se aposentar. Não é justo que o trabalhador pague pelos desvios e sonegações das grandes corporações. Por que não se cobra o que as grandes empresas devem à Previdência?

Nós do PDT defendemos uma aposentadoria mais justa e digna para todos os cidadãos brasileiros. Precisamos determinar uma estratégia que coloque os estados como promotores do bem-estar, e os setores privados, em parceria com o governo, auxiliem na construção de um sistema igualitário, financeiramente equilibrado e sustentável em longo prazo. O novo modelo proposto pelo PDT teria como base três pilares: assistencial, repartição e capitalização.

O primeiro é voltado para quem não contribui para a assistência social. Esse pilar promoveria uma redistribuição de renda, melhorando o padrão de vida dos mais necessitados, permitindo a eles uma terceira idade com menores graus de privação. A parte assistencial, inclusive, deveria ficar separada da parte previdenciária, para que ficassem mais claras as suas fontes de financiamento.

O segundo seria o de repartição, no qual o País teria um mecanismo de transferência de renda entre gerações, que funcionaria como um seguro garantido pelo Estado, amenizando eventuais crises econômicas. Além disso, esse pilar permitiria uma transição mais suave para as contas individuais capitalizadas.

Já o terceiro e último pilar seria o de capitalização. Nesse sistema, os recursos aplicados por cada trabalhador vão para uma conta individual e funcionam como um investimento que fica aplicado para ser resgatado no futuro. Esse pilar seria subdividido em Poupança Nacional, Mercado de Trabalho e Mercado de Capitais que trazem impactos positivos e ampliam a liquidez do mercado, alongando os prazos dos financiamentos.

Não há dúvidas de que uma reforma na previdência se faz necessária, mas não nos moldes que estão sendo apresentados. Um modelo absurdo e vergonhoso que desvaloriza a pessoa humana e furta sua dignidade!

MAIS RECURSOS PARA O SEMIÁRIDO

Deputado Estadual Sérgio Aguiar

Semiárido é um tipo de clima típico de regiões que têm precipitação abaixo da evapotranspiração potencial. Não chega a ser um deserto. O Estado do Ceará tem 184 municípios e 175 deles (98.7% do total) passaram a fazer parte do semiárido brasileiro, desde 2018, quando conseguimos a inclusão de mais 25 municípios. Esses, também, são beneficiados com recursos do Fundo Nacional do Nordeste e com ações de políticas públicas.

Foi necessária muita mobilização. Estivemos, mais de uma vez, em Brasília, onde entregamos estudo técnico da Fun-ceme/BNB sobre o redimensionamento dos municípios aptos a serem incluídos no semiárido. Esse estudo foi determinante, porque provou quais eram os municípios mais suscetíveis às condições de semiaridez.

Com base nesse trabalho, o Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste oficiali-

zou a inclusão de mais 25 municípios cearenses. A grande vantagem é que eles passaram a compartilhar, também, dos recursos disponibilizados pelo FNE para projetos na área de infraestrutura e em investimentos para empreendedores nos setores rural, agroindustrial, industrial, turismo, comércio, serviços e nas áreas afins que tenham financiamento do BNB.

Passaram a fazer parte do semiárido os municípios de Acaraú, Amontada, Barroquinha, Beberibe, Bela Cruz, Camocim, Chaval, Cascavel, Cruz, Fortim, Guaiúba, Granja, Itarema, Jijoca de Jericoacoara, Marco, Martinópolis, Moraújo, Morrinhos, São Gonçalo do Amarante, São Luís do Curu, Senador Sá, Trairi, Tururu, Uruoca e Viçosa do Ceará.

Mobilizamo-nos ao lado do governador Camilo Santana, prefeitos e parlamentares nessa conquista. Foi mais uma luta vitoriosa. Estamos contribuindo para um Ceará mais desenvolvido e socialmente mais justo. As muitas idas e vindas a Brasília e à sede da Sudene, no Recife, valeram a pena.

VIOLÊNCIA, DE QUEM É A CULPA?

Deputado Estadual Soldado Noelio

A segurança deixou de ser, há muito tempo, papel exclusivo do poder público. Hoje, todos nós, cidadãos, somos responsáveis por debater e sugerir propostas para destrinchar um problema que afeta, de diversas formas, milhares de brasileiros. Na figura de representante do povo; eleito deputado estadual do Ceará, com 24.591 votos e na condição de ex-policia! militar, somo-me ao time de brasileiros que anseiam pela criaç!o de leis e pol!ticas p!blicas voltadas para resguardar a vida de um povo que lamenta, diariamente, perdas irrepar!veis, devido ! crise na seguranç! p!blica.

O di!logo ! o principal meio de compreender a vis!o de quem sofre, na pele, as consequ!ncias do desserviço causado pela viol!ncia. ! necess!rio que o trabalho de combate se inicie dentro de casa, passando para as escolas e universidades, e ! a! que entram as pol!ticas p!blicas. O Cear! , por exemplo,

é extremamente carente desse tipo de serviço. Não é à toa que, em 2018, a capital cearense foi classificada como a segunda cidade mais violenta do Brasil, e a sétima do mundo, segundo estudo realizado por uma ONG do México (SEGURIDAD, JUSTICIA Y PAZ).

Não é só a população que precisa ser ouvida, os profissionais de segurança que estão na ponta e, também, são afetados, de forma direta pela violência, têm um papel importante na construção de políticas públicas, a fim de iniciar a dissolução da crise. O problema é que, muitas vezes, o poder público acaba trocando a experiência do profissional que está na linha de frente do problema por estudiosos; a ideia é que não haja essa troca, e sim a união de experiências para chegar a um denominador comum.

Não podemos criar políticas públicas para combater a violência sem ouvir as pessoas, que moram na periferia, e os profissionais que lidam diariamente com o problema. Como deputado estadual e ex-policia militar, defendo a minha categoria e o povo. Com apenas quatro meses de mandato, na Assembleia Legislativa do Ceará, tenho focado o meu trabalho em apresentar soluções para minimizar as consequências de uma crise antiga na segurança pública. Tenho me dedicado a ouvir a população, conversar com profissionais de segurança e, só assim, construir, junto com as pessoas, um mandato que, de fato, atenda aos anseios de quem sofre com a insegurança.

Embora o papel do legislador seja de representar o povo, de modo a atender os anseios daqueles que o escolheram para representá-los, o que vemos na prática é bem diferente. Pouco se conversa com o povo, a valorização de quem está diretamente ligado ao problema é mínima ou inexistente. Quem melhor do que o policial, que está na ponta, vivendo todas as circunstâncias que envolvem o problema, para apresentar ideias para minimizá-lo? Quem melhor do que uma mãe que

vive, diariamente, cercada por familiares reféns da criminalidade?

A união dos parlamentares com o povo é fundamental. Dispomos de diversas ferramentas para estabelecer esse contato direto com as pessoas, o que nos falta é colocar em prática. Precisamos ir além do trabalho atrás de uma bancada em nossos gabinetes. Ir às ruas, ouvir a população é o pontapé inicial para a construção de um método que garanta o bem-estar das pessoas no que diz respeito à temática da crise na segurança pública.

O PAPEL SOCIAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA: um legado a ser levado para múltiplas gerações

Deputado Estadual Tin Gomes



Ceará é um dos estados que mais cresce no Brasil. Para se ter uma ideia, segundo dados divulgados pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), a estimativa de crescimento do PIB cearense até o final do ano é de 1,34%, superando a estimativa do País, que é de 1%. É preciso apresentar esse contexto de crescimento econômico e citar, dando os devidos méritos, os ótimos trabalhos do ex-governador Cid Gomes (2006 a 2014) e do atual governo de Camilo Santana. Homens íntegros e que ao longo dos anos estiveram disponíveis a dialogar com a sociedade, sobretudo no que diz respeito à transparência e à acessibilidade na condução das atividades junto ao Legislativo.

É bastante perceptível, também, o avanço, por meio dessa boa relação entre os poderes Executivo e Legislativo,

nas áreas de segurança pública, tanto por meio da expansão de contingente como pelo expressivo número de novos agentes concursados, principalmente, no setor de educação. Disso nós temos orgulho em falar: a nossa educação é a melhor do Brasil. Isso se deve ao fato de um trabalho visando aos investimentos, a médio e longo prazo, com pessoas capacitadas e com total apoio e celeridade da Assembleia.

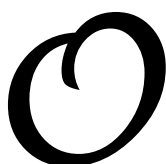
Nos últimos anos, o que se pode perceber é que a Assembleia Legislativa tem incorporado esse sentimento de abertura e acessibilidade. Não se trata, simplesmente, de uma série de ações, mas o fato de compreender que só se constrói um espaço, no âmbito legislativo, com a participação popular. Como por exemplo, foi criado o Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos, com o propósito de estimular atividades essencialmente participativas, voltadas para o desenvolvimento de temas de interesse social. Alguns fóruns foram realizados no parlamento, discutindo temas como o bioma da caatinga, políticas públicas de desenvolvimento, entre outros.

Pode-se citar, também, a Ouvidoria Parlamentar, responsável pela fiscalização da regularidade legislativa, como também a Procuradoria Especial da Mulher e Frente Parlamentar em Defesa das Mulheres, dando voz, protagonismo e espírito de luta para o público feminino cearense.

Essas circunstâncias e exemplificações servem para baser que a Assembleia está aberta a receber e atender as demandas da população, deixando de ser, apenas um espaço de debates e votações em Plenário, para tornar-se um local onde o povo tenha participação. Esse é um legado que será levado para inúmeras gerações.

A IMPORTÂNCIA DA POLÍCIA PARA A SOCIEDADE CEARENSE

Deputado Estadual Tony Brito



poder de polícia do Estado começou na Idade Média, ou seja, a sociedade sempre precisou de uma imagem que gerasse a ideia de segurança. A violência aumenta a cada dia no nosso Estado, assustando a população, propagando o sentimento de insegurança e medo. Devido às deficiências no setor, a impunidade infelizmente tornou-se uma realidade, o infrator praticamente não respeita a lei, todos perdemos. A impunidade é uma das maiores causas de aumento da violência.

Como estudioso na área de Segurança Pública, Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas, e com uma experiência de 19 anos de Polícia, sendo quase nove anos de Polícia Militar e quase dez anos na Polícia Civil, afirmamos que a polícia é fundamental para o Estado democrático de direito.

O policial é o que temos de mais importante para o bom funcionamento e execução de projetos de inclusão e disciplina

dentro do sistema de segurança. A atividade por ele desempenhada é complexa e arriscada, exigindo uma série de habilidades do profissional: como aptidão para lidar com pessoas, equilíbrio emocional e boa capacidade de executar e propor iniciativas educativas, a fim de garantir a proteção das pessoas e o cumprimento das leis.

Sempre buscando combater assimetrias e reduzir as desigualdades sociais, nosso trabalho visa alcançar toda população cearense, principalmente, atender os anseios das pessoas mais necessitadas.

A rotina do policial é assegurar direitos, manter a ordem pública, proteger a sociedade, amenizar os conflitos, prevenir o crime, investigar, mantendo a paz, colaborando, sempre, para regular as relações sociais. Precisamos de mais interesse e de investimento público na área, a participação da sociedade, principalmente, dos seus respectivos representantes políticos é imprescindível para o aperfeiçoamento de todo o Sistema de Segurança Pública.

Apesar da constante batalha para combater o crime organizado, todas as modalidades de violência, os abusos e a corrupção, estamos longe de ter a valorização salarial que merecemos, vários policiais tendo que trabalhar muito além da carga horária, para complementar a renda e oferecer dignidade as suas famílias. Temos, também, outro problema igualmente importante que é a segurança jurídica para os policiais que, devido às inúmeras injustiças, estão com medo de trabalhar e de complicar-se.

Ser policial é mais que uma profissão é uma filosofia de vida, é uma identidade, esses profissionais merecem nosso respeito e precisam ser valorizados.

O BOM DISCURSO E A TRISTE REALIDADE

Deputado Estadual Vitor Valim

Em abril de 2019, o governador do Ceará, Camilo Santana, propagou que o Ceará teve a maior redução de homicídios no País, nos dois primeiros meses do ano, de acordo com o Índice Nacional de Homicídios, o qual apontou uma redução de 57,9% de mortes violentas, em comparação aos mesmos meses de 2018. Entretanto, por trás da citada redução dos homicídios compreendidos em, apenas, dois meses, há 355 pessoas mortas de forma violenta, na maioria jovens, pelo que não se pode desprezar tantas vidas ceifadas.

Ainda em abril, o levantamento da ONG mexicana *Seguridad, Justicia y Paz* apontou Fortaleza como a nona cidade mais violenta do mundo, segundo dados referentes a 2018. A violência recai, principalmente, sobre a população mais vulnerável.

O Estado, também, não levou em consideração que, justamente, no período apontado pela pesquisa, havia um acordo de "paz" entre as chamadas facções que passaram a atacar ônibus, prédios públicos e redes de energia, enquanto os criminosos reivindicavam regalias em presídios. Nesse período, os traficantes diminuíram o número de execuções, pois se voltaram a realizar ataques a mando das facções.

Um dos erros continuados do governo está no desaparelhamento da Polícia Civil, responsável por investigações, levantamentos e ajuntamento de evidências e provas criminais. Mesmo com a Polícia Militar, que tem recebido atenção especial, os equívocos seguem.

Em contrapartida, houve resgate da autoridade do Estado nos presídios, principalmente, após a chegada do secretário Mauro Albuquerque, tido como linha dura e defensor do cumprimento da lei. Além disso, sabemos que a principal arma contra a violência, ainda, são as políticas públicas, os investimentos em educação e em ações voltadas à juventude.

GRATUIDADE DA CARTEIRA ESTUDANTIL E DO FARDAMENTO ESCOLAR

Deputado Estadual Walter Cavalcante



Projeto de Indicação de minha autoria que versa sobre a gratuidade do fardamento escolar e da carteira estudantil teve como base outro similar no município de Fortaleza, quando foi inserido como emenda à Lei Orgânica Municipal, ainda, no exercício do meu mandato de vereador.

Sempre com o objetivo de acrescentar melhorias aos alunos da rede pública, buscamos com essa pretensão expandir esse benefício aos estudantes do ensino médio, em âmbito estadual, outrora conquistado pelos estudantes municipais.

Assim, com o apoio unânime dos meus pares, obtive êxito na concessão de forma integral e gratuita do fardamento escolar e da carteira estudantil aos alunos do ensino médio do Estado do Ceará. Com esse pleito conseguimos garantir o acesso irrestrito aos serviços públicos e privados com uma

maior facilidade, pois, a inserção social é uma maneira digna de aproximá-los da cultura e do lazer.

Nas sempre oportunas e merecedoras de atenção, palavras do Papa Francisco, proferidas em mensagem para o Ano Novo de 2019, com as que sem dúvida, partilhamos de comum entendimento, foi enfatizado que *“quando o exercício do poder político visa apenas salvaguardar os interesses de certos indivíduos privilegiados, o futuro fica comprometido e os jovens podem ser tentados pela desconfiança, por se verem condenados a permanecer à margem da sociedade, sem possibilidades de participar num projeto para o futuro. Pelo contrário, quando a política se traduz, concretamente, no encorajamento dos talentos juvenis e das vocações que requerem a sua realização, a paz propaga-se nas consciências e nos rostos. Torna-se uma confiança dinâmica, que significa ‘fio-me de ti e creio contigo’ na possibilidade de trabalharmos juntos pelo bem comum. Por isso, a política é a favor da paz, se expressa no reconhecimento dos carismas e capacidades de cada pessoa”*.

POR UM CEARÁ LIVRE DAS DROGAS

Deputado Estadual Zezinho Albuquerque

Sou deputado há oito legislaturas e, atualmente, estou exercendo o cargo de secretário das Cidades, um convite que recebi do governador Camilo Santana e encarei como um desafio na minha carreira política. Estou, pela primeira vez, atuando no Executivo, trabalhando diariamente pelos 184 municípios do Ceará, porém sempre atento ao Legislativo, que considero minha casa.

Fui presidente da Assembleia Legislativa por seis anos consecutivos, fato inédito na Casa do Povo cearense. Considero a campanha Ceará sem Drogas um grande marco da minha gestão. Lançado, em 2014, o projeto contou com 27 edições, mobilizando em torno de 70 mil pessoas.

A iniciativa teve o objetivo de sensibilizar a sociedade cearense em torno da prevenção e do enfrentamento à dependência química, reunindo lideranças políticas, educadores,

estudantes, profissionais de saúde e a população para buscar soluções para o problema.

Nos eventos, o público acompanhou palestras de Walter Casagrande, ex-jogador de futebol da Seleção Brasileira e atual comentarista esportivo. Ele falou sobre o período em que foi dependente químico e seu duro processo de reabilitação.

Fruto da campanha, foi criado o Fundo Estadual de Políticas sobre Álcool e Outras Drogas. O projeto, de minha iniciativa, foi aprovado, por unanimidade, pelos deputados estaduais e viabilizado pelo governo do Estado, com o objetivo de facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados à execução das atividades do Sistema Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas.

Foram importantes momentos de um diálogo aberto sobre os riscos do uso de entorpecentes, os caminhos da dependência química e as possibilidades de tratamento. Seguirei levantando essa bandeira, por um Ceará livre das drogas.

ESTATUTO ESTADUAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Deputado Estadual Acrísio Sena

Já está em vigor, em Fortaleza, o Estatuto Municipal da Pessoa com Deficiência. A Lei nº 10.668/2018, de nossa autoria, foi batizada de Nadja Pinho Pessoa, em homenagem à professora e militante dos direitos dessa causa no Ceará, falecida em 8 de julho de 2017. O Estatuto consolida 30 anos de proposições, atualizando e inovando direitos.

O texto sintetizou dispositivos legais que discorrem sobre direitos das pessoas que possuem qualquer impedimento de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, e que buscam garantir a participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condição com as demais.

A lei já está se afirmando como uma referência em todo país, pois informações sobre ela estão sendo constantemente procuradas por outros legislativos. Nossa expectativa é ex-

pandir esse código por todo o Estado e garantir que ele seja efetivamente cumprido. Por isso, queremos aprovar o Estatuto Estadual da Pessoa com Deficiência.

Afinal, o Ceará possui 2,3 milhões de pessoas com deficiência, terceiro maior índice do Brasil, segundo o Censo 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Estatuto reunirá leis sobre acessibilidade, conscientização da sociedade, adoção de políticas sociais básicas (saúde, educação, habitação, transporte, desporto, lazer e cultura), políticas e programas de assistência social, medidas preventivas e execução de serviços especiais.

Já realizamos debates sobre o Estatuto, em Fortaleza, e em cidades como Jaguaruana e Sobral. Em todos esses eventos, é tocante a participação de representantes dessa população, das autoridades locais, bem como de várias entidades como OAB, APAE, Conselho da Pessoa com Deficiência e Ministério Público, entre outras.

Além disso, aprovamos projeto que cria o cargo de intérprete e tradutor de LIBRAS no quadro de pessoal do Estado na Assembleia Legislativa. Segundo o projeto, ficam criados, no âmbito do Poder Executivo, 30 cargos de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, subordinados ao regime de direito público-administrativo, a serem selecionados por concurso público. É uma grande conquista para as pessoas surdas do Ceará. Os servidores deverão ter formação e habilitação comprovada na área, e facilitarão a comunicação entre o Estado e a população que precisa dessa língua.

O debate ganhou corpo e temos certeza de que, dentro em breve, o Estatuto será uma realidade fundamental para a inclusão cidadã e fraterna das pessoas com deficiência em nosso Estado.

O CENTRO SUL E SEUS DESAFIOS PARA AVANÇAR NA SAÚDE PÚBLICA

Deputado Estadual Agenor Neto



centro sul do Estado, região que engloba uma população estimada em 390 mil habitantes, passa por momentos difíceis, tanto na parte econômica quanto no setor estratégico da saúde.

O grande desafio hoje é ampliar a oferta de serviços de média e alta complexidade na área da saúde para a região, a exemplo de um hospital moderno que possa acomodar leitos públicos para UTI.

Como representante legítimo da região - deputado mais bem votado em dois pleitos seguidos - tenho usado o meu mandato para fortalecer esse setor na região. Temos hoje, no município de Iguatu, um hospital de referência, atendendo uma população de dez municípios, que infelizmente não tem conseguido avançar.

Como parlamentar, tenho feito um esforço para melhorar essa estrutura de saúde, e para isso destinei recursos de emendas individuais minhas, além de recursos provenientes de emenda parlamentar e do próprio Ministério da Saúde para o Hospital Regional de Iguatu, no entanto, precisamos de muito mais. Além de Iguatu, também liberei recursos para a aquisição de ambulâncias para alguns municípios que compõem o centro-sul.

Os desafios são enormes, então, como superá-los? Eis o dilema. Acredito que esse deve ser um momento de união. De juntarmos as mãos e partirmos em busca de ações e projetos que possam fortalecer tanto o setor da saúde quanto o da economia desses municípios. Somos, hoje, um universo formado por 13 cidades, com potencial de crescimento em vários segmentos, mas isso só será possível, se tivermos um empenho maior do poder público. O centro-sul merece bem mais.

Sendo assim, é nosso dever como representante público trabalhar para que ações, das mais diversas, possam chegar às comunidades mais carentes. E esse tem sido o nosso trabalho na Assembleia Legislativa do Ceará.

O IMPACTO DA DESVALORIZAÇÃO DO LEITE NO CEARÁ

Deputado Estadual Antônio Granja

Ao longo do tempo, o preço do leite, produzido no Ceará, vem causando sofrimento e angústia para os produtores com a desvalorização de seu trabalho. O valor do leite produzido, acreditem, é o mesmo há cerca de 20 anos, e o preço do litro pago pela indústria continua variando entre R\$ 0,70 a R\$ 1,20. Entendo que sendo um produto diferenciado o leite merece um olhar mais atencioso.

Apesar da passagem do tempo e da modernidade, a produção do leite no interior, ainda, é realizada, boa parte, por famílias numa tradição antiga repassada de pai para filho. Além de sustentar a atividade, os produtores familiares mantêm uma cadeia produtiva que paga impostos, gera empregos, ocupação e renda para muitos cearenses. O preço pago pela indústria de beneficiamento está tornando inviável a atividade leiteira em território cearense. É chover no molhado!

Convém lembrar que todos os insumos usados pelo setor produtivo sobem o tempo todo, então, é preciso estabelecer políticas e medidas que viabilizem a produção e contribuam para a manutenção do homem no campo, evitando o êxodo para as grandes cidades e as conseqüências que isso acarreta.

Entendo que é necessário enfrentar o problema a partir de três eixos. O primeiro é a priorização do produto no mercado cearense. Não se trata de barrar o que vem de outros estados e países, mas priorizar a compra do que é produzido aqui. Também é necessário aproveitar melhor o leite na merenda escolar da rede pública, no ambiente das creches, hospitais, postos de saúde, UPAs e em outros locais e atividades que necessitem deste consumo.

O último eixo seria tratar dos impostos sobre a venda do produto e, principalmente, na aquisição de rações, criando mecanismos de proteção ao produtor, para que insumos básicos como a ração dos animais cheguem por um preço menor. Não há condições de o produtor rural pagar o que se paga hoje em dia pelo milho, torta de algodão (resideo) e soja, advindos de estados do Centro-Oeste, onerando a nossa produção cada vez mais deficitária.

A cadeia produtiva do leite é uma atividade tão antiga quanto vital para a subsistência, então precisamos encontrar meios de valorizar e manter viva a atividade leiteira no Ceará. Evitando distorções como no comparativo com um refrigerante de 350 ml, ou uma garrafa de água mineral de 500 ml que variam de R\$2,00 a R\$4,00 reais. Veja só a que ponto chegamos, quando uma dose de cachaça custa R\$2,00 reais e o litro de leite em média R\$1,00

CUIDANDO DE QUEM CUIDA

Deputado Estadual Apóstolo Luiz Henrique

Você conhece a parábola do Bom Samaritano contada na Bíblia, em Lucas 10? Nesse texto sagrado, encontramos a fórmula para garantir a vida eterna: o amor. A compaixão de um desconhecido por alguém que havia sido assaltado, espancado e largado à beira do caminho é o exemplo dado por Jesus para mostrar como chegar ao reino de Deus.

Essa parábola inspira-me na vida sacerdotal e agora também na trajetória política. Ela inspirou-me a olhar de forma mais sensível para um trabalho que acontece no anonimato, trabalho dos cuidadores com laços afetivos. Uma mãe que cuida de um filho com espectro autista, por exemplo, um filho que cuida de uma mãe com Alzheimer. São parentes que se dedicam a cuidar de um familiar doente, deficiente, ou em processo de reabilitação. Essas pessoas não são remuneradas,

não têm qualquer incentivo financeiro, mas simplesmente, movidas de compaixão, dedicam-se àqueles que amam e chegam até a pagar um alto preço por isso, com suas renúncias diárias, seus sonhos não realizados, seus projetos de vida paralisados.

E esse tipo de ato heróico de amor destaca-se, em nossos dias, exatamente, pelo choque de realidade que representa, pelo contraste com a frieza que vemos no mundo, como por exemplo, nos relacionamentos tão efêmeros, nos quais pessoas vivem separadas dentro da própria casa, levando uma vida virtual de muitos cliques e pouco toque, muitas curtidas e poucos abraços.

Por isso, queremos dar visibilidade e reconhecimento a esses cuidadores com laços afetivos, por meio do Projeto de Lei nº 244/2019 que define políticas públicas para essa categoria, formada por pessoas guerreiras, corajosas e amorosas que merecem, sim, o amparo do governo. Que venham novos "bons samaritanos", e que o Estado valorize cada um deles!

DESENVOLVIMENTO REGIONAL DOS SERTÕES DE CRATEÚS

Deputado Estadual Carlos Felipe

Conforme dados do IPECE, dos 15 municípios com maiores PIB do Estado, oito estão presentes na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) respondendo por 60,65%, do PIB estadual, um na Região Metropolitana de Sobral (RMS), participando com 2,98%, dois na Região Metropolitana do Cariri (RMC), com 4,12%, e quatro localizados no interior do Estado participando com 3,62%. A participação regional total apresenta a configuração: RMF (64,60%); Interior (25,44%); RMC (5,48%) e RMS (4,47%).

Esses números mostram uma nítida concentração espacial da produção dentro do Estado e ressaltam as desigualdades regionais. Do total geral de R\$ 138,3 bilhões do PIB dos 184 municípios, Fortaleza participa com 43,46 %, o equivalente a R\$ 60,1 bilhões. A região dos sertões de Crateús não chega a 2% do PIB.

Ainda segundo o IPECE, a atividade na qual eles detiveram maior participação no total do Estado foi na Agropecuária (1,44%), seguida pela Administração Pública (1,38%); serviços (0,62%); serviços (exclusive Administração Pública) (0,29%) e indústria (0,13%). Nesse sentido, torna-se fundamental trabalhar mecanismos e estratégias que elevem o crescimento da produção no interior do Estado, especialmente, na nossa região, uma vez que os números mostram sua vulnerabilidade econômica.

Buscar soluções de crescimento, a partir das vocações regionais, apontará novos caminhos que, nos próximos anos, virão mudar o atual cenário. Investir na pecuária leiteira, nas cadeias produtivas de leite (temos o maior rebanho de ovinos e caprinos do Estado e no passado fomos o terceiro maior produtor de leite), mel e agroindústria, além do incremento industrial são soluções a médio e longo prazo, dependendo do grau de investimento.

Outra saída, também fundamental, seria a formulação e execução de políticas públicas, especificamente, voltadas para região. Fortalecer as políticas já existentes, voltadas para a infância, juventude e idosos e estabelecer novas políticas que venham ao encontro das necessidades específicas da região.

ESTADO LAICO, SOCIEDADE RELIGIOSA

Deputada Estadual Dra. Silvana

Por primeiro, devemos ter bem presente que o Estado brasileiro é laico, mas a sociedade é majoritariamente religiosa. Somos cristãos (católicos e evangélicos), testemunhas de Jeová, mórmons, espíritas entre outras crenças que formam o corpo da religiosidade do nosso povo. Nesse viés, lembre-se de que a Carta, oriunda da Constituinte de 1988, sacramenta a nossa fé em seu preâmbulo, ao invocar o nome de Deus. Ali se determina o sentido principiológico em que se sustenta a *Lex Mater*. Na revisão constitucional de 1993, deputados ateus tentaram excluir o nome de Deus da CF e foram derrotados. O projeto que apresentei na Assembleia Legislativa visa, tão somente, defender os direitos inalienáveis que a CF assegura aos que professam uma religião, sobretudo, os cristãos, que têm sido agredidos, publicamente, de forma inconcebível. Ensinam constitucionalistas de escol Ives Gandra da Silva Martins e

Celso Ribeiro Bastos que ninguém pode ser perturbado por suas opiniões, mesmo religiosas, "desde que sua opinião não inquiete a ordem pública estabelecida pela lei." Assegurando a força do dispositivo constitucional, o artigo 208 do Código Penal Brasileiro é irretocável, ao apenar qualquer que "vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso."

O sectarismo antirreligioso de pseudoartistas que confundem arte com vilipêndio, constitui agressão à democracia, o que deve ser coibido por lei específica. Esses neopagãos arrimam sua ação na liberdade de expressão como valor fundamental. Esquecem a lição do professor Manuel Gonçalves Ferreira Filho, em seu apreciado CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL, que assevera "não há direito fundamental intrinsecamente superior a outro." De igual modo, Thiago Masao Cortizo Teraoka complementa asseverando que "somente no caso concreto se poderão conhecer os direitos definitivos. Não basta, assim, arrolar quais direitos fundamentais seriam mais importantes e quais seriam menos importantes do que a liberdade religiosa." O mesmo Teraoka observa, de forma percuciente, que "a Constituição de 1988 entendeu relevante a tutela específica da religião, que possui peculiaridades próprias, não equiparáveis às crenças em geral, tais como as ideológicas, filosóficas, políticas, entre outras."

Por outro lado, quanto à liberdade de expressão, essa não constitui valor absoluto em si e, consoante a pertinente observação da professora Fernanda Carolina Torres, "pode sofrer restrições coerentes com sua amplitude constitucional, derivadas da colisão com outros direitos, também, reconhecidos como essenciais. As restrições também podem decorrer de regulação, para viabilizar o exercício dos diferentes direitos fundamentais." Ademais, ao legislador estadual é legítima a iniciativa, posto que a própria CF explicita que "a competência da União para legislar sobre normas gerais não exclui a competência suplementar dos Estados."

CONSPIRAÇÃO CONTRA O ESTADO DE DIREITO

Deputado Estadual Elmano de Freitas

A publicação pelo site *The Intercept* Brasil de três reportagens, documentando a colaboração legalmente proibida da chamada força-tarefa da "Lava Jato", coordenada pelo procurador federal Deltan Dallagnol, com o juiz federal Sérgio Moro, atual ministro da Justiça, comprova a realização de uma conspiração jurídico-política para destruir o Estado de direito democrático no Brasil. Segundo os jornalistas responsáveis pela publicação, essa conspiração política criminoso "envolve diversos oligarcas, lideranças políticas, os últimos presidentes e até mesmo líderes internacionais acusados de corrupção" e teve como propósito impedir a candidatura do ex-presidente Lula e abrir espaço para a eleição do candidato presidencial de ultradireita na eleição presidencial brasileira de 2018.

No julgamento do ex-presidente Lula, ficou demonstrado pelas reportagens que o juiz Sérgio Moro violou, entre

outros dispositivos constitucionais e legais, o princípio legal da imparcialidade, já que lhe é vedado manifestar, por qualquer meio de comunicação, opinião sobre processo pendente de julgamento (Loman, art. 36, III), bem como aconselhar qualquer das partes (CPP, art. 254, IV). Portanto, confirma-se, agora, com documentos que o presidente Lula é preso político, liquidando a sofisticada e rancorosa argumentação, feita por alguns "babacas", de que sua condenação e sua prisão foram legais e justas.

A restauração do Estado de direito democrático, no País, torna-se, agora, a principal tarefa política a ser buscada pelos que defendem de fato - e não apenas retoricamente - a democracia constitucional. Nesse sentido, mais de 300 juristas brasileiros tomaram a iniciativa da luta, exigindo o afastamento de todos os implicados. Deve-se acrescentar, nessa pauta, a anulação da condenação e imediata soltura do ex-presidente Lula.

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: prevenção é a saída

Deputada Estadual Érika Amorim

Infelizmente, a violência nas escolas é uma realidade. E tragédias envolvendo tiroteios e ataques já fazem parte da história recente do Brasil. No Ceará, nunca houve registros desses tipos de caso, mas não podemos fechar os olhos para o cenário que assola outros estados. A prevenção é fundamental. Não precisamos reviver tragédias.

O fato é que devemos avançar nas políticas de prevenção a esse problema em âmbito estadual. É preciso que seja criada uma rede de proteção dentro das escolas, que envolva não só alunos, mas pais, mestres e psicólogos.

O ambiente escolar precisa ser reconhecido não só pelos alunos, mas pela família, como um ambiente social seguro. É fundamental fortalecer os canais de comunicação entre pais, alunos e mestres para que seja criado um elo de confiança entre todos.

Diante disso, lembro que são os crimes silenciosos que insultam a violência. É o bullying, o racismo e as mais diversas formas de preconceito que podem levar a atos absurdamente violentos, se essas situações permanecerem.

Precisamos debater a saúde mental de nossas crianças e de nossos adolescentes. Juntos, mulheres e homens públicos, assistentes sociais e psicólogos devem ingressar em um amplo debate que fomente os estímulos à criação de uma rede de atendimento psicossocial nas escolas. É preciso dar ainda mais atenção aos nossos professores, muitos vitimados pelo estresse e pelas más condições de trabalho.

Debater a violência nas escolas, pode começar no combate à violência verbal, física, e a qualquer tipo de discriminação. Suzano e Realengo ficam a milhares de quilômetros de distância, mas o perigo é real em qualquer canto do nosso Estado, em qualquer canto do nosso País.

Prevenir é a solução.

O ESPORTE COMO POLÍTICA DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Deputado Estadual Evandro Leitão

As políticas públicas voltadas para a prática esportiva atacam problemas sociais de forma intersetorial. Segundo dados da Fundação Getúlio Vargas, a estimativa é de que a cada dólar aplicado no esporte cerca de US\$ 3,20 são economizados na saúde. Pesquisa do Serviço Social do Comércio (SESC) apontou que, a cada R\$ 1 investido em evento esportivo, há um retorno de R\$ 11,50 em benefícios sociais e econômicos, em especial, na produtividade laboral. Na Islândia, investimentos, nessa área, nos últimos 20 anos, tiraram o país do topo no ranking da criminalidade na Europa.

O governo do Estado do Ceará entende que o esporte transforma a sociedade. O Poder Legislativo tem debatido e aprovado leis que se destinam a esse avanço. Um exemplo é o programa Ceará Atleta, que, após crivo da Assembleia Legislativa, tornou-se política pública para evitar a descontinui-

dade de bolsas aos desportistas. A Arena Castelão e o Centro de Formação Olímpica são equipamentos que atraem eventos nacionais e internacionais. Nossos dois principais times de futebol, com apoio do governo do Estado, estão disputando com equipes de elite do futebol na série A do Campeonato Brasileiro. O nosso basquete, também, tem se destacado nacionalmente.

As Areninhas são uma importante estratégia para tirar os jovens das ruas em todo o Ceará. Estão previstos mais de 190 equipamentos destinados à prática de diversas modalidades esportivas, ginástica funcional, atividades lúdicas e recreação. É, sem dúvida, um exemplo de programa a ser seguido em todo o País.

O Ceará tem feito jus a essa ideia de que investir em esporte promove uma ampla transformação social, ao dedicar-se cada vez mais, recursos financeiros e força política para tal finalidade. Cremos e apoiamos essa ideia.

O HOJE POLÍTICO

Deputado Estadual Fernando Hugo

Desvincular o que se passa na esfera política do que acontece com nossa sociedade, é uma maneira de tentar isolar algo que não pode ser dissociado do que se vivencia no dia a dia do brasileiro, em todos os níveis estamentais.

Parece exagerado afirmar que a ideia de vivermos em sociedade, na qual devemos seguir regras de convivência, tem sido cada vez mais relegada a um plano de pensamento egoísta, de valorização das ideias individuais em detrimento do bem comum.

Hoje, prevalece o pensamento singular e, para muitos, é cada vez mais correto colocar na vala do esquecimento os ensinamentos dos primeiros pensadores, como Thomas Hobbes que, apesar de certos exageros, defendia a ideia de organização social como regramento para a convivência em sociedade.

Feito esse preâmbulo, em antes que o cidadão possa pensar que minha digressão não vá entrar no foco deste artigo, o Hoje Político, busco colocar nesse meu foco na política atual sobre esse transtornado e caótico momento social onde família, autoridade e respeito são desprezados, em razão do querer individualizado, no qual os que não concordam com a ideia devem ser tratados como inimigos, ogros e devidamente defenestrados.

Simplificar o embate político, como se fora uma batalha, entre o partido encarnado e o partido azul reduz uma nação com mais de 190 milhões de habitantes a leais e inimigos, vencidos e vencedores.

Fazer política com o ranço figadal é desrespeitar o preceito basilar que deveria mover o homem público, que é o de buscar o bem maior da sociedade. E é assim que tem sido conduzida a política brasileira. Ou melhor, que boa parte dos atores dessa política tem se comportado.

É claro que mesmo os mais bem intencionados, os políticos compromissados podem cometer erros, no entanto, homens e mulheres imbuídos desse espírito são afeitos a aceitar o erro e buscar, por meio do diálogo, uma correção de rumo.

Não aceitar o contrário, não permitir aos opositores o direito de pensar diferente e colocar essa diferença no bom debate é aceitar a negação da política.

Os governantes, os homens do executivo, sobretudo, não podem, de maneira alguma governar apenas para aqueles que nele votaram.

O país já sofreu bastante com os desmandos de um pensamento político no qual confundiu-se governar com apropriar-se, trocou administrar pelo locupletar e, na hora em que precisamos dar um passo à frente surgem algumas mentes perturbadas para querer derrubar o que de bom se construiu nos últimos anos, como se coubesse ao governante de plantão construir do nada.

Respeito, diálogo e compromisso, ainda, existem no dicionário e precisam ser aprendidos e colocados em prática para conseguirmos dar à sociedade o retorno por ela esperado daqueles que ela elegeu para representá-la.

Urge uma postura menos beligerante e mais responsável. Coloração partidária, ideologia devem ser defendidas sim, mas num mundo dito civilizado e moderno. É imperioso buscar a eficiência do fazer político dentro do respeito às leis e sempre pautado no bem maior da sociedade.

O TURISMO RELIGIOSO E A REGIÃO DO CARIRI

Deputado Estadual Fernando Santana

É consenso, entre analistas, de que o turismo desponta como uma das mais relevantes atividades econômicas da atualidade, propulsor do desenvolvimento de inúmeras regiões do nosso país.

É entre os vários segmentos que o compõem, merece destaque o turismo religioso, que se encontra em constante ascensão, alicerçado na religiosidade do nosso povo, que tem a fé enraizada na sua cultura. As viagens motivadas pela fé aquecem a economia de inúmeros destinos religiosos em todo o território nacional.

Recente estudo sobre o desenvolvimento do turismo religioso, no país, revelou que mais de 300 municípios brasileiros realizam festas de cunho religioso, movimentando algo em torno de R\$ 15 bilhões, anualmente, o que reflete seu relevante papel na economia nacional.

A Região do Cariri, no interior cearense, é um exemplo patente do poder do turismo religioso e dos benefícios dele decorrentes. Igrejas, festas, roteiros e monumentos históricos e a devoção a líderes religiosos atraem milhões de visitantes, evidenciando sua função de agente propulsor da economia regional, atraindo outros negócios, movimentando a indústria, o comércio e os serviços, gerando emprego e renda, contribuindo, assim, para a melhoria das condições de vida da população local.

A cidade de Juazeiro do Norte, principal ponto de peregrinação da região, desenvolveu-se em torno da figura mística do Padre Cícero Romão Batista. A religiosidade que envolve o grande líder espiritual foi fundamental para a expansão da economia local, direcionada para o turismo religioso, impulsionado pelo expressivo número de romeiros que para lá afluem todos os anos, injetando recursos, na cidade, que são distribuídos em diversos setores da economia, como hotelaria, artesanato, restaurantes, transportes, comércio de velas, fitas, terços, entre outros.

A "Meca do Cariri" não é a única cidade da região que tem a economia influenciada pela religiosidade do povo. Barbalha, Crato, Milagres e Santana do Cariri, também, são beneficiadas com o turismo religioso. Em Barbalha, há 91 anos realiza-se a tradicional Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, já conhecida, internacionalmente, evento que tem fomentado a economia do município. E esse potencial turístico de Barbalha ganhará reforço com a construção da estátua de Santo Antônio, cujo projeto, de nossa autoria, já foi aprovado pelo governador Camilo Santana.

Resta comprovado, claramente, de que o turismo religioso, além de se revelar como uma das principais fontes de geração de emprego e renda, de incremento da economia, de atração de investimentos, gerando perspectivas melhores para a população do Cariri, tem contribuído para a valorização da

cultura local, preservando a sua história, suas crenças e seus costumes regionais.

Em razão da sua inquestionável importância para a Região do Cariri, faz-se imperiosa a constante implantação de políticas públicas voltadas para melhorar a infraestrutura local, com investimentos para a recuperação de estradas, restauração dos monumentos, museus, igrejas, hotéis, visando melhor acolher os visitantes, garantindo, dessa forma, a manutenção desse segmento como mola propulsora da economia e do desenvolvimento da região.

POR QUE DEVEMOS DISCUTIR O FUNDEB?

Deputado Estadual Guilherme Landim

Tive a honra de servir à cidade de Brejo Santo (região do Cariri) como prefeito durante oito anos. Vivi as alegrias de gerir um município cuja educação foi reconhecida nacionalmente. Porém, fui testemunha do esforço necessário para financiar todas os avanços de que a população necessita.

Neste Brasil que luta para organizar suas inúmeras falhas de financiamento, um mecanismo mostrou-se eficaz, pelo menos, naquilo que nos é mais valioso: a educação. E o mecanismo ao qual me refiro é o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb.

Registro que pelo menos 60% desse recurso, garantido por lei, deve ser, exclusivamente, usado para pagamento de professores que trabalham nas escolas. Se o investimento, per

capita, ainda não é o ideal, pelo menos foi assegurado de forma inédita na história brasileira. O objetivo é criar um continente sólido de desenvolvimento. Além do citado, o Fundeb também trouxe a preocupação com a educação básica, com regras claras para definição do fluxo do dinheiro investido.

Acontece que, criado em 2007, esse fundo tem vigência limitada até 2020. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal deverão, então, se debruçar em estudos e propostas que aperfeiçoem o mecanismo. Temos que torná-lo política de Estado, não de governo, ou seja, corrigir o pouco financiamento tornando-o definitivo. E por tratar-se do futuro da educação do nosso povo, todos os parlamentos estaduais e municipais, todos os brasileiros, todos os cidadãos devem estar atentos a esse debate.

A Proposta de Emenda a Constituição - PEC que revê o Fundeb pode trazer algumas inovações importantes. A primeira, proibição do retrocesso por meio da qual direitos sociais não poderão ser diminuídos; segunda, a sociedade estaria mais envolvida no monitoramento, na avaliação, na formulação e no acompanhamento. O Fundeb é, de cada professor, é de cada aluno, é de cada brasileiro. Que se faça, agora, em todo esse grande Brasil, o que conseguimos fazer na nossa pequena e estimada Brejo Santo, porque o futuro também pertence a todos.

TRIBUNAIS DE CONTAS DE MUNICÍPIOS, MAMUTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Deputado Estadual Heitor Férrer



s Tribunais de Contas são órgãos, inegavelmente, importantes como auxiliares na fiscalização dos três poderes e não devem subordinação a nenhum deles, visto que têm autonomia e independência asseguradas constitucionalmente. Essa condição de importância estatuída para os Tribunais de Contas é ressaltada pelo jurista Diogo de Figueiredo Moreira Neto, em trabalho subordinado ao título “O parlamento e a sociedade como destinatários do trabalho dos tribunais de Contas”, no qual discorre sobre a importância das cortes de Contas como garantidoras dos valores político-constitucionais do Estado democrático de direito, por exercerem “funções indispensáveis ao funcionamento dos princípios republicano e democrático, no tocante a um dos mais delicados aspectos de qualquer complexo juspolítico, que é, desde a Magna Carta, a gestão fiscal, como a disposição político-administrativa dos recursos retirados impositivamente dos contribuintes.”

O questionamento que tenho feito, ao longo de minha vida pública, desde o tempo em que exerci mandatos como vereador de Fortaleza, reside sobre a desnecessidade de mais de um Tribunal de Contas por Estado federado, como ocorre na Bahia, Goiás, Pará e em dois municípios brasileiros (São Paulo e Rio de Janeiro), criando uma estrutura superposta que atua com o mesmo objetivo, qual seja um tribunal para controlar a arrecadação, gestão e aplicação de recursos públicos nos municípios, e outro para fazer o mesmo em relação ao Estado federado, sacrificando o contribuinte que paga essa caríssima estrutura. Concomitantemente, leve-se em consideração que essas estruturas foram sendo acometidas ao longo do tempo, por vícios insanáveis e transformaram-se em verdadeiros mamutes, instituições que contribuem para cevar oligarquias, com a adoção de afilhadismo político, nepotismo, supersalários, falta de transparência com gastos nebulosos.

No Ceará, por meio de Emenda à Constituição de minha autoria, a Assembleia Legislativa procedeu à extinção do Tribunal de Contas dos Municípios - TCM, transferindo as atribuições do órgão para o Tribunal de Contas do Estado - TCE, ensejando, de imediato, uma economia de mais 35 milhões de reais para o Erário estadual no ano passado. Objeto de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 5.763) junto ao Supremo Tribunal Federal, minha propositura então aprovada pelo Parlamento, recebeu o aval da Suprema Corte, a qual entendeu ser possível a extinção de Tribunal de Contas dos Municípios por meio de emenda constitucional estadual. Assim, o Ceará se viu livre de um tribunal que havia servido, ao longo de muitos anos, aos interesses que passavam ao largo do sentido republicano de governar e mais servia para cancelar ações administrativas nem sempre consentâneas com a legislação que imprime rigor ético à gestão do município.

O PAPEL DO PARLAMENTO CEARENSE

Deputado Estadual José Sarto



ano de 2019 abre um novo ciclo para a sociedade cearense com o início da 30^a Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. O povo cearense conta com a representação de um Parlamento extremamente plural, formado por 46 deputados estaduais identificados com as mais diversas causas e bandeiras.

O Legislativo é composto por parlamentares ligados aos movimentos sociais, às entidades de classe, aos direitos das minorias e das mulheres, aos setores produtivos e aos trabalhadores. São, também, defensores de regiões do Estado e de pautas relevantes.

Os múltiplos interesses da sociedade civil têm na Casa do Povo a caixa de ressonância para que, juntos, possamos fazer um debate democrático e tolerante sobre os desafios que

precisamos enfrentar para construirmos um Ceará mais justo e pacífico.

Todos devem estar comprometidos com a tarefa de materializar essa representatividade em ações com real impacto na vida do povo que vive em nosso Estado. Para isso, a nova gestão da Casa está empenhada em proporcionar as melhores condições de trabalho para que, assim, entreguemos também serviços de excelência à sociedade cearense.

Nosso papel à frente da Mesa Diretora é garantir os meios para o exercício dos papéis de legislar, fiscalizar e, dessa forma, estreitar, cada vez mais, as relações entre o Parlamento e a população. Para tanto, aprimorar os canais de debate, ampliar o alcance das discussões e decisões sobre o Estado, qualificar os quadros técnicos da Casa e subsidiar o processo legislativo são ações primordiais e que exigem constância.

Dessa forma, a Assembleia Legislativa fortalecerá, cada vez mais, para que tenhamos um Parlamento mais acessível e em consonância com os anseios da sociedade.

EM FAVOR DA DIMINUIÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Deputado Estadual Manoel Duca (Duquinha)



s paladinos dos direitos humanos arrimam-se na Constituição dita cidadã, em especial no item III do artigo 1º, para fazerem-se defensores da "dignidade da pessoa humana", um dos princípios fundamentais estatuídos na Carta de 1988, basilar no Estado de direito democrático. O problema é que essa dignidade está, há muito, vilipendiada, degradada, esfacelada por organizações criminosas que abrigam bandidos de todas as idades. São verdadeiras universidades do crime, de certa forma acobertadas pela frouxidão de uma legislação defendida, entusiasticamente, por esses pseudopacifistas que, por outro lado, hipocritamente, pregam uma filosofia em que o dado primordial – pasmem!!! - é a revolução armada.

Enfim, esses "democratas" além de serem politicamente liberticidas, alteiam-se na defesa daqueles que destroem a dignidade e a vida de pessoas comprometidas com a paz e o

trabalho. E essa defesa se faz mais açodada nos mais diversos fóruns do País, quando o assassino, o esturpador, o latrocida é um menor de idade. Menor de idade, mas perfeitamente inserido numa espécie de "maioridade criminal", que o faz merecedor da punição mais severa e da correção mais dura por parte do Estado. Fato concreto é que as famílias brasileiras são vítimas cotidianas das facções criminosas, que usam crianças e adolescentes para seu maléfico desiderato (tráfico, assaltos, roubos, homicídios), exatamente por saberem da complacência da lei e do apoio que esses jovens delinquentes recebem de segmentos aéticos da sociedade que fazem a sua defesa.

Na sociedade moderna, está provado que adolescentes de 14 anos estão plenamente cômnicos de suas responsabilidades. Daí é que o Brasil, ao contrário de grande parte das demais nações do planeta, trata seus jovens como débeis mentais, não adotando uma legislação que os faça exercer com dignidade seus direitos e deveres. Prefere vê-los vilipendiados pelo crime, ao contrário de países bem resolvidos socioeconômica e culturalmente, onde a imputabilidade penal é muito abaixo da adotada entre nós.

Vejamos a informação que nos fornece um dos mais respeitadas penalistas brasileiros, o professor Rogério Greco, no livro SISTEMA PRISIONAL – COLAPSO ATUAL E SOLUÇÕES ALTERNATIVAS: Estados Unidos (entre 6 e 18 anos, dependendo da legislação estadual); Escócia (8 anos); Inglaterra, Polônia e Ucrânia (10 anos); México (11 ou 12 anos); Coreia do Sul (12 anos); Alemanha, Itália e Rússia (14 anos) Dinamarca, Finlândia e Suécia (15 anos); Argentina e Chile (16 anos). Essa amostra por si já nos faz pensar seriamente no imenso mal que causam à nação aqueles que insistem na hipocrisia de permanecer com a inimputabilidade penal para os que têm idade abaixo de 18 anos. Tal situação não é apenas uma temeridade ou um equívoco, mas omissão criminosa dos representantes do povo no Congresso Nacional, ao não determinarem uma idade menor de 18 anos para que seja punido, rigorosamente, qualquer um que cometa crimes contra a vida.

SALVAR VIDAS SEMPRE É PRIORIDADE

Deputado Estadual Nezinho Farias

Municipalizar o trânsito das cidades é uma obrigação dos gestores municipais que salva vidas. Conforme o Código de Trânsito Brasileiro, todos os municípios, independentemente, de sua quantidade populacional, têm essa obrigação estabelecida por lei, há 22 anos.

Infelizmente, isso não é respeitado pela maioria dos municípios. No cenário estadual, dos 184 municípios cearenses, apenas 69, ou seja, um pouco mais de 37% estão com o trânsito municipalizado, integrado ao Sistema Nacional de Trânsito, desenvolvendo suas atribuições obrigatórias nas áreas de engenharia de trânsito, fiscalização, educação no trânsito, controle e análise estatística de ocorrências e situações no trânsito no território municipal.

O Brasil é o quarto país do mundo em acidentes de trânsito, segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS. Estamos falando de 47 mil mortes de trânsito por ano e 400 mil pessoas com algum tipo de sequelas. O custo é de R\$ 56 bilhões aos cofres públicos. O Ceará aparece em quinto lugar em número de óbitos nos estados brasileiros.

Como Presidente da Comissão de Viação, Transporte e Desenvolvimento Urbano tenho esse tema como uma das minhas prioridades. Conheço a teoria e a prática. Já fui prefeito de Horizonte por três mandatos e, no segundo, municipalizei o trânsito do município e pude ver de perto as mudanças.

Faço parte dos apoiadores do projeto Municipaliza, coordenado pelo Ministério Público, com o Detran, o Cetran, a Aprece, a APDMCE e o TCE. Sabemos que a municipalização não representa, por si só, a solução dos problemas. É preciso pensar e agir nas múltiplas dimensões, mas esse primeiro passo é fundamental. Conforme diz a campanha Maio Amarelo de 2019, "no trânsito, o sentido é a vida", essa máxima é verdadeira e precisamos estar todos unidos em prol da segurança viária.

APOSTA NA ENERGIA SOLAR

Deputado Estadual Oriel Nunes Filho

Está tramitando na Assembléia Legislativa um projeto de indicação de nossa autoria que sugere ao governo do Estado a criação de uma usina de geração fotovoltaica, para utilização da energia solar, no abastecimento dos prédios públicos em todo o Ceará. O objetivo é estimular o uso dessa fonte que temos em abundância. Além da sustentabilidade ambiental e da economia financeira, o governo estadual pode contribuir para popularizar seu uso. A energia solar não polui. A poluição decorrente da fabricação dos equipamentos necessários para a construção dos painéis solares é totalmente controlável, e as centrais necessitam de manutenção mínima. A energia solar é excelente em lugares remotos ou de difícil acesso, pois sua instalação, em pequena escala, não obriga a enormes investimentos em linhas de transmissão. Outra vantagem é que os painéis solares estão, cada vez, mais potentes e mais baratos. Anualmente, o sol produz quatro milhões de vezes mais energia do que a que consumimos, mas seu potencial é ilimitado. Para se ter uma ideia, em apenas um segundo, o sol produz mais ener-

gia internamente que tudo o que é usado pela humanidade desde o começo dos tempos. Diante da realidade que temos hoje no planeta, a energia solar não pode continuar passando despercebida, e o nosso Ceará, como se sabe, é banhado pelo sol praticamente o ano inteiro. Quinze por cento da energia emitida pelo sol que chega na terra é refletida de volta para o espaço. Outros trinta por cento são perdidos na evaporação da água, que sobe para a atmosfera produzindo chuva, então está na hora de aproveitar melhor esse ativo que vem da natureza. A usina que estou propondo, em sistema fotovoltaico de grande porte (Sistema FV), garantirá redução de custos e proporcionará o uso da energia renovável, com forte potencial para criar alternativas de emprego e renda, e estaria voltada para a produção e venda de energia elétrica. A matéria, se aprovada, precisará do aval do Poder Executivo. Conto com a sensibilidade do governador Camilo Santana para avaliar a sugestão e reenviá-la à Assembléia Legislativa na forma de projeto de lei.

O PODER TRANSFORMADOR DA EDUCAÇÃO

Deputado Estadual Queiroz Filho

Nas eleições de 2018, recebemos a confiança de 103.943 eleitores cearenses que depositaram suas esperanças em um novo projeto político e em uma nova voz dentro da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Esse resultado expressivo deu-nos segurança e entusiasmo para darmos início a um trabalho, pautado na seriedade, responsabilidade e no dever de representar todas essas pessoas, para que sejamos uma voz capaz de traduzir seus pleitos, seus desejos e suas carências.

Estamos à disposição da sociedade para atuar por direitos iguais para todos, sempre em busca de melhorar as oportunidades e a qualidade de vida dos cearenses. E acreditamos que o caminho mais seguro para que se alcancem essas melhorias, trazendo dignidade e igualdade de condições, seja

por meio da educação. O conhecimento transforma, e é por seu intermédio que barreiras sociais são rompidas.

A educação é uma importante pauta, com a qual nos comprometemos e a abraçamos, pois temos convicção de que só com uma educação pública de qualidade é que teremos condição de construir um futuro com desenvolvimento e oportunidades, cujas consequências refletem numa melhor qualidade da saúde pública, na redução da violência, diminuição do desemprego, das desigualdades sociais e no desenvolvimento de uma sociedade promissora.

À frente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, iniciamos debates construtivos sobre temas relevantes, tais como a importância do investimento na educação de qualidade, já a partir da fase inicial da vida humana, chamada primeira infância; a necessidade da manutenção do FUNDEB como principal fonte de recursos dos municípios destinada à educação básica; e sobre os impactos negativos que os cortes, sem planejamento, nos recursos financeiros das instituições federais de ensino superior podem trazer ao nosso Estado.

Nosso entendimento é que o momento é oportuno para debater sobre a importância que a educação representa na sociedade, e a necessidade de que as atuais reformas não se caracterizem em retrocessos, cortes orçamentários e discursos de cunho meramente ideológicos.

VIOLÊNCIA CONTRA ADOLESCENTES AMEAÇA NOSSO PRESENTE E NOSSO FUTURO

Deputado Estadual Renato Roseno

A violência que atinge milhares de adolescentes, todos os anos no País, é a grande tragédia humanitária e civilizatória de nossa geração. É um tema que coloca todos nós - sociedade civil, gestores públicos, parlamentares e poder judiciário - diante da necessidade de um profundo compromisso ético em relação aos nossos jovens.

Nosso presente e nosso futuro estão, severamente, ameaçados pelas altas taxas de homicídios registradas na segunda década de vida da nossa juventude. Em particular, em locais como o Ceará, que, até 2017, despontava no ranking dos estados mais violentos do País.

Em 2016, foi instituído na Assembleia Legislativa, o Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA), colegiado que vem realizando pesquisas de campo

e articulando esforços e parcerias para a divulgação e para o enfrentamento do problema. O Comitê é formado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA), Fórum Nacional Permanente de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA) e Governo do Estado.

Os três principais objetivos são produzir informação de qualidade, elaborar uma agenda de recomendações para o poder público e promover a mobilização em torno do tema. A violência contra adolescentes parece ter sido naturalizada por uma parcela da sociedade. São pessoas que acreditam ser "normal" que as duas únicas alternativas para a nossa juventude seja o encarceramento, ou a morte.

Para vencermos a questão da violência juvenil, portanto, é imprescindível superar esse tipo de pensamento. Nesse sentido, o Comitê tem dialogado com gestores municipais e com a sociedade, em geral, procurando divulgar as causas e as alternativas possíveis para o enfrentamento da questão: cuidar da cuidadora, promover políticas consistentes para os adolescentes, reduzir o mercado de armas, ofertar alternativas dignas de renda, melhorar o acesso às políticas públicas, reduzir a segregação espacial na cidade.

As mortes de nossos jovens são previsíveis e, portanto, preveníveis. São mortes que começam no abandono. Por isso, é importante compreender que cada vida importa. Se seguirmos naturalizando a violência contra os nossos jovens, não haverá desenvolvimento possível. Não haverá sociedade possível. Estaremos todos irremediavelmente brutalizados.

UM OLHAR PARA O INTERIOR

Deputado Estadual Romeu Aldigueri

Somos quase nove milhões de cearenses, do sertão ao litoral, em seus 184 municípios. O Ceará, por mais que tenha avançado em políticas de geração de emprego e renda, não consegue segurar o êxodo em direção à capital ou Região Metropolitana de Fortaleza.

A RMF - com seus 19 municípios - possui aproximadamente quatro milhões de habitantes, ou seja, mais da metade da população nasce e cresce nas outras 165 pequenas e médias cidades do interior. É por esse motivo que devemos, como Estado e como gestores, olhar para esses municípios e enxergar seus diferentes problemas e suas potencialidades.

Grande parte do nosso interior é feito de cidades menores, mais pobres, com baixos índices de qualidade de vida. E tudo isso contribui para uma condição de vida dificultada, seja no acesso à eletricidade, à água, às escolas de qualidade, à saúde, ao esporte e ao lazer.

É inegável o trabalho que já vem sendo feito: o Ceará é pioneiro em referência na questão da saúde e educação do Brasil, recordista na questão de investimento, eficiente na gestão fiscal. Mas, essas conquistas não alcançam a todos. Precisamos de políticas públicas efetivas para fazer com que o social avance, a industrialização chegue, o desenvolvimento na agropecuária prospere, e novas oportunidades de negócios surjam para proporcionar emprego e renda, principalmente, para a juventude do interior.

Ao jovem do interior já foi dada a oportunidade de estudar, em tempo integral, com curso técnico, e até concluir uma faculdade, mas quando conclui esses objetivos se vê estagnado, sem oportunidade, e a única saída que enxerga é o êxodo. Para isso, eu acredito muito no empreendedorismo, e o Estado precisa incentivar essas oportunidades.

"O objetivo é poder oferecer novas oportunidades e fixar, cada vez mais, essas pessoas onde nasceram, onde está a moradia dos pais, avós, familiares e amigos e no lugar em que gostariam de ficar e edificar suas famílias. O resultado será muito maior do que uma política pública para geração de emprego e renda. Será oferecer ao povo cearense interiorano, depois de sujeitado, o direito de permanecer no seu local de origem."

PROTAGONISMO DO TURISMO DE EVENTOS

Deputado Estadual Sérgio Aguiar



Brasil é rico em diversidade natural e o Ceará é referência com seu litoral paradisíaco de águas cristalinas, comidas típicas e muita animação. Há cinco anos o setor turístico cearense era responsável por 5% da riqueza produzida no Estado. Segundo o Ipece, daqui a 15 anos serão 25%.

As atividades turísticas, no Ceará, registraram de 2006 a 2017 um aumento de mais de 60% de demanda, segundo a SETUR - Ceará, firmando-se como um setor importante na economia estadual, contribuindo para a geração de emprego, renda, tributos, dinamização de segmentos inter-relacionados e o surgimento de novas oportunidades de negócios e de investimentos.

Pesquisa feita pela Fecomércio, Unifor e Fortaleza Convention & Visitors Bureau sobre o impacto econômico para a

capital cearense (por extensão para o Estado) revelou números interessantes. O trabalho "Dimensionamento Econômico do Turismo de Eventos/2018" constatou que 94% dos turistas de eventos que visitaram Fortaleza, em 2018, são brasileiros. Desses, 35% vêm do Sudeste e 27% do Nordeste.

A enquete também descobriu que 60% têm nível superior e desses, 18% têm especialização, 7% mestrado e 5% doutorado. 31% apresentaram renda familiar entre R\$ 3,8 mil a R\$ 9,5 mil e 25% igual ou superior a esse valor.

Fica claro que o turismo de eventos atrai público com o perfil de altas escolaridade e renda familiar, proporcionando uma injeção econômica em atividades turísticas que geram impactos em toda a economia, elevando, assim, o nível do valor agregado cearense.

Um marco foi a inauguração pelo governo do Estado, em 2012, do Centro de Eventos do Ceará, um dos mais modernos do País. Fica provado que o turismo de eventos deve ser sempre apoiado e incentivado porque é a bola da vez.

RELIGIÃO: alicerce do ser humano

Deputado Estadual Walter Cavalcante

A religião sempre permeou minha vida como cidadão e, hoje, como parlamentar. Sendo assim, agir de maneira diferente soaria estranho, pois tenho a consciência de que o conforto espiritual ameniza, sobremaneira, os anseios do ser humano que busca incessantemente uma digna inclusão social.

Durante os meus cinco mandatos, tanto como vereador, e os dois como deputado estadual, consegui, dentre as inúmeras atividades parlamentares que desenvolvi, sensibilizar os governos de Fortaleza e do Ceará para que eles realizassem diversos eventos religiosos, utilizando os recursos destinados por mim, e dessa forma, busquei ramificar a palavra e o amor de Deus.

Os mencionados alicerces (a palavra e o amor de Deus) privilegiaram a dignidade humana, preceito ímpar para o desenvolvimento social.

Por ser o Brasil considerado o maior País do mundo, em número de católicos, a principal religião do brasileiro, desde o século XVI, é o catolicismo apostólico romano.

Exemplificando, a peregrinação à igreja de Nossa Senhora Aparecida é um evento que foi introduzido por si só, no calendário do católico, no Brasil, por sua magnitude juntamente com o "Círio de Nazaré" em Belém - PA, a "Festa do Divino" e a "Romaria de Trindade (Festa do Divino Pai Eterno)", como é mais conhecida, realizada em Goiás.

Já no Ceará, comemoramos o "Evangelizar é Preciso com o Padre Reginaldo Manzotti", a "Caminhada com Maria" e o "Festival Halleluya", realizados em Fortaleza, e as romarias do "Padre Cícero" em Juazeiro do Norte e de "São Francisco de Assis" em Canindé.

Desta feita, com o apoio sem restrição dos meus pares, inclui no Calendário Oficial de eventos do nosso Estado, por meio de projetos, vários deles, entre os quais citamos: "A Caminhada da Paz", Lei nº 15.836/2015, a "Caminhada com Maria" em Fortaleza, Lei nº 15.843/2015, "Evangelizar é Preciso com o Padre Reginaldo Manzotti", Lei nº 15.880/2015, "A Marcha pela Vida contra o Aborto", Lei nº 15.884/2015, a "Caminhada Penitencial", Lei nº 15.994/2016, "Queremos Deus", Lei nº 16.369/2017 e a "Paixão de Cristo", do Shalom, em Fortaleza, Lei nº 16.634/2018, todas elas, quando das minhas proposições, foi observado o preceito constitucional que assegura a liberdade de crença à religião.

HINO NACIONAL BRASILEIRO

Música de Francisco Manoel da Silva
Letra de Joaquim Osório Duque Estrada

Ouviram do Ipiranga as margens plácidas
De um povo heróico o brado retumbante,
E o sol da Liberdade, em raios fúlgidos,
Brillhou no céu da Pátria nesse instante.

Se o penhor dessa igualdade
Conseguimos conquistar com braço forte,
Em teu seio, ó Liberdade,
Desafia o nosso peito a própria morte!

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, um sonho intenso, um raio vívido
De amor e de esperança à terra desce,
Se em teu formoso céu, risonho e límpido,
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Gigante pela própria natureza,
És belo, és forte, impávido colosso,
E o teu futuro espelha essa grandeza

Terra adorada,
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

Deitado eternamente em berço esplêndido,
Ao som do mar e à luz do céu profundo,
Fulguras, ó Brasil, florão da América,
Iluminado ao sol do Novo Mundo!

Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
“Nossos bosques têm mais vida”,
“Nossa vida” no teu seio “mais amores”.

Ó Pátria amada,
Idolatrada,
Salve! Salve!

Brasil, de amor eterno seja símbolo
O lábaro que ostentas estrelado,
E diga o verde-louro desta flâmula
– Paz no futuro e glória no passado.

Mas, se ergues da justiça a clava forte,
Verás que um filho teu não foge à luta,
Nem teme, quem te adora, a própria morte.

Terra adorada
Entre outras mil,
És tu, Brasil,
Ó Pátria amada!

Dos filhos deste solo és mãe gentil,
Pátria amada,
Brasil!

HINO DO ESTADO DO CEARÁ

Letra: Thomaz Pompeu Lopes Ferreira

Música: Alberto Nepomuceno

Terra do sol, do amor, terra da luz!
Soa o clarim que a tua glória conta!
Terra, o teu nome, a fama aos céus remonta
Em clarão que seduz!
- Nome que brilha, esplêndido luzeiro
Nos fulvos braços de ouro do cruzeiro!

Mudem-se em flor as pedras dos caminhos!
Chuvas de prata rolem das estrelas...
E, despertando, deslumbrada ao vê-las,
Ressoe a voz dos ninhos...
Há de aflorar, nas rosas e nos cravos
Rubros, o sangue ardente dos escravos!

Seja o teu verbo a voz do coração,
- Verbo de paz e amor, do Sul ao Norte!
Ruja teu peito em luta contra a morte,
Acordando a amplidão.
Peito que deu alívio a quem sofria
E foi o sol iluminando o dia!

Tua jangada afoita enfune o pano!
Vento feliz conduza a vela ousada;
Que importa que teu barco seja um nada,
Na vastidão do oceano,
Se, à proa, vão heróis e marinheiros
E vão, no peito, corações guerreiros?!

Sim, nós te amamos, em ventura e mágoas!
Porque esse chão que embebe a água dos rios
Há de florar em messes, nos estios
Em bosques, pelas águas!
Selvas e rios, serras e florestas
Brotem do solo em rumorosas festas!

Abra-se ao vento o teu pendão natal,
Sobre as revoltas águas dos teus mares!
E, desfraldando, diga aos céus e aos ares
A vitória imortal!
Que foi de sangue, em guerras leais e francas,
E foi, na paz, da cor das hóstias brancas!

**Mesa Diretora
2019-2020**

Deputado José Sarto
Presidente

Deputado Fernando Santana
1º Vice-Presidente

Deputado Dannel Oliveira
2º Vice-Presidente

Deputado Evandro Leitão
1º Secretário

Deputada Aderlânia Noronha
2ª Secretária

Deputada Patrícia Aguiar
3ª Secretária

Deputado Leonardo Pinheiro
4º Secretário



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

**INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ**

Inesp

João Milton Cunha de Miranda

Diretor Executivo

Gráfica do Inesp

Ernandes do Carmo

Coordenador

Rachel Garcia e Valquiria Moreira

Assistentes Editoriais

Luzia Rolim

Assessora de Comunicação

Cleomarcio Alves (Marcio), Edson Frota, Francisco de Moura,

Hadson França e João Alfredo

Equipe de Acabamento e Montagem

Aurenir Lopes e Tiago Casal

Equipe de Produção em Braille

Mário Giffoni

Diagramação

José Gotardo Filho e Valdemice Costa (Valdo)

Equipe de Design Gráfico

Lúcia Maria Jacó Rocha e Vânia Monteiro Soares Rios

Equipe de Revisão

Maria Marluce Studart Vieira, Marta Leda Miranda Bezerra e Milena

Saraiva Leão Vieira

Equipe Auxiliar de Revisão

E-mail: presidenciainesp@al.ce.gov.br

Fone: (85) 3277-3701



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Av. Desembargador Moreira 2807,

**Mesa Diretora
2019-2020**

Deputado José Sarto
Presidente

Deputado Fernando Santana
1º Vice-Presidente

Deputado Danniel Oliveira
2º Vice-Presidente

Deputado Evandro Leitão
1º Secretário

Deputada Aderlânia Noronha
2ª Secretária

Deputada Patrícia Aguiar
3ª Secretária

Deputado Leonardo Pinheiro
4º Secretário



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**